

Coordenação Científica

Maria Filomena Barata (Direcção Regional de Évora / IPPAR)

Coordenação Editorial

Jorge Vila Nova Alves (Departamento de Estudos / IPPAR)

Miguel Soromenho (Departamento de Estudos / IPPAR)

Edição

Paulo Pereira

Investigação e Textos

António Rafael Carvalho (Câmara Municipal de Alcácer do Sal)

João Carlos Faria (Câmara Municipal de Alcácer do Sal)

Esmeralda Gomes (Direcção Regional de Lisboa / IPPAR)

António Cavaleiro Paixão (Direcção Regional de Lisboa / IPPAR)

Frederico Tatá Regala (Direcção Regional de Lisboa / IPPAR)

© 2007, IPPAR

Instituto Português do Património Arquitectónico – IPPAR

Ministério da Cultura

Palácio Nacional da Ajuda

1349-021 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 – 21 361 42 00

Fax.: +351 – 21 363 70 47

e-mail: ippar@ippar.pt

<http://www.ippar.pt>

Introdução

A cidade de Alcácer do Sal, capital de Concelho, situa-se na faixa litoral do Baixo-Alentejo, tendo como principais vias de acesso o IC1 e o IP1. Encontra-se 50 km a sudeste de Setúbal e 76 km a ocidente de Évora, na margem norte do rio Sado.

A importância política, militar e económica adquirida por Alcácer do Sal em sucessivos períodos históricos deve-se à sua posição geográfica. A possibilidade de realizar uma exploração produtiva dos recursos naturais aliada à facilidade de contacto e transporte proporcionada pelo rio, foram, assim, os principais agentes impulsionadores do desenvolvimento da povoação. Alcácer encontra-se, de facto, num lugar privilegiado.

Trata-se de uma grande colina que se debruça sobre as águas do Sado. Este importante curso de água constituiu uma eficaz via de comunicação ligando as terras do interior da Península de Setúbal ao Oceano Atlântico. No seu leito navegaram embarcações que levavam as produções locais e traziam produtos importados, por vezes de territórios distantes. A proximidade do oceano e a amplitude do estuário propiciaram, por sua vez, a pesca e a produção de sal. Mas também a agricultura, o pastoreio e a tecelagem foram actividades importantes das populações que se implantaram e floresceram neste local desde, pelo menos, a Idade do Ferro. A relevância deste centro urbano antiquíssimo, manteve-se nos primeiros tempos da presença romana e foi readquirida na época medieval, particularmente no período islâmico.

Do ponto de vista arqueológico, a área em que foi erigido o Castelo de Alcácer do Sal é particularmente rica, situação que tem sido reiteradamente comprovada pelos resultados dos sucessivos trabalhos arqueológicos aí realizados.

A situação crítica em que nos finais do século XX se encontrava o Convento de Nossa Senhora de Aracaeli, entretanto incorporado na alcáçova medieval em posição de destaque, aconselhava uma intervenção arquitectónica de restauro, recuperação e reutilização, mas também de investigação arqueológica. Desta feita, para que fosse viabilizada a construção da Pousada D. Afonso II, aproveitando e reutilizando as ruínas do Convento, realizaram-se novos trabalhos arqueológicos que confirmaram o potencial deste local.

Entretanto, a nova edificação e a recuperação do antigo convento foram projectadas e concebidas de modo a integrar parte significativa dos testemunhos pré-existentes, que podem actualmente ser fruídos pelos visitantes, através da construção da Cripta arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal. A Cripta permitiu a preservação e exibição de um significativo conjunto de estruturas representativas dos vários horizontes culturais, no próprio sítio onde foram erigidas.

A intervenção arqueológica

A decisão de converter em pousada de turismo as velhas e depauperadas estruturas do Convento de Nossa Senhora de Aracaeli, cujas paredes se encontravam em fase de derrocada, levaram o IPPC (depois IPPAR e actual IGESPAR) a desencadear no local uma operação de recuperação.

Já se sabia que o subsolo do convento, para o qual a Pousada foi projectada, encerrava, com toda a probabilidade, vestígios arqueológicos romanos e islâmicos. A história da cidade, bem como as diversas escavações parcelares que foram sendo desenvolvidas desde inícios do século XX na sua área e respectiva envolvente permitiam, ainda, adivinhar a existência de testemunhos mais antigos.

De facto, as escavações empreendidas vieram a confirmar as suposições. Não apenas eram significativos, e razoavelmente estruturados do ponto de vista construtivo, os vestígios romanos e islâmicos, como também o eram os vestígios da Idade do Ferro. De facto, o povoamento da colina onde assentam o castelo e convento remonta, documentadamente pelo menos, até cerca do século VII a.C., ocupando uma área de dimensões consideráveis.

Não foram fáceis os trabalhos de natureza arqueológica realizados. Por um lado, a maior parte dos terrenos escavados que se situavam na área do convento propriamente dito, apresentaram uma leitura arqueológica descontínua, integrando, no respeitante a algumas épocas, poucos materiais arqueológicos. Por outro lado, a natureza dos próprios trabalhos, levados a cabo em regime preventivo na primeira fase, mas, numa segunda fase, acompanhando os trabalhos de construção civil que vieram a efectuar-se, impuseram exigências em tudo semelhantes às das intervenções arqueológicas de emergência em meio urbano.

O regime de palimpsesto, de acumulações variadíssimas de vestígios de diversas épocas, bem como a trama, quase inextricável, de uma estratigrafia por vezes invertida ou corrompida devido a intrusões de épocas mais recentes, obrigaram a um redobrado esforço por parte das equipas de arqueologia que aqui trabalharam.

Mesmo assim, a amplitude da área escavada permitiu pôr a descoberto diversos níveis de ocupação. Os mais evidentes reportam-se à Idade do Ferro. Debaixo destes, em contextos parcialmente alterados, foram revelados alguns troços significativos de estruturas arquitectónicas pertencentes a um amplo complexo urbano proto-histórico.

É de assinalar, ainda, que os achados foram efectuados no quadro de escavações efectuadas numa zona com reduzida espessura ou potência estratigráfica. De facto, a cota elevada e relativamente superficial a que se encontra o nível rochoso, deve-se a uma impressionante sucessão de revolvimentos de terras e à sobreposição de novas construções. Por isso, apenas se obteve uma definição mais consistente das camadas arqueológicas em áreas pontuais do recinto escavado. No entanto, é significativa a densidade de estruturas sobrepostas, sobretudo paredes que se cortam, entrecruzam, e interrompem, demonstrando a importância do local como um dos núcleos fundamentais das sucessivas operações de ocupação ao longo do tempo.

Assim, na área intervencionada do Convento de Nossa Senhora de Aracaeli, sob a área do claustro, encontraram-se vestígios de muros da época medieval, e já do

período cristão-português, assentes, parcialmente, em paredes da época romana. Estas, por sua vez, sobrepõem-se a estruturas pré-existentes mais antigas, datáveis da Idade do Ferro. Não foi todavia possível detectar, até ao momento, a existência de estruturas habitacionais atribuíveis ao Bronze Final, ou seja, imediatamente anteriores. Mas é viável concluir que o crescimento urbano iniciado na Idade do Ferro peninsular não se processou de um modo uniforme. As estruturas arquitectónicas postas a descoberto encontram-se incompletas, alternando, de forma irregular, com zonas lacunares, umas de natureza rochosa, outras constituídas por uma camada de terra argilosa onde, aqui e ali, se encontram disseminados alguns fragmentos cerâmicos, nem sempre da mesma época, traduzindo o revolvimento a que aquele espaço esteve continuamente sujeito.

As estruturas da Idade do Ferro ladeiam um arruamento com a largura média de 3,50 m que parece ter sido concebido já na fase inicial de urbanização do povoado. O arruamento desenvolve-se no sentido NE/SW. Posto a descoberto numa extensão de cerca de 50 m, continuaria a ser utilizado a partir dos inícios da ocupação romana do local, altura em que foi pavimentado e provido de uma vala de esgotos.

Verificou-se, igualmente, a heterogeneidade na distribuição dos espaços. A par de construções aparentemente simples, surgiram edifícios de razoável amplitude. O maior número de divisões poderá traduzir a existência de uma zona nobre do aglomerado urbano. Algumas divisórias oscilam entre os dois por dois metros e quatro por quatro metros. Entretanto, a intervenção arqueológica no recinto central do claustro veio a abarcar inclusivamente a área subjacente às galerias laterais. Foram aí detectadas as ruínas de um santuário da época romana, cujas estruturas imbricam num conjunto arquitectónico pré-romano, extremamente raro e com informação arqueológica bastante rica, como se verá adiante.

Atendendo à importância destes achados foi adoptada uma solução arquitectónica que, sem inviabilizar a adaptação do edifício do convento a pousada, permitisse a conservação *in situ* das estruturas arqueológicas.

Para tal procedeu-se à abertura de um subterrâneo em consola, estruturado em betão e, em parte, suportando as próprias fundações do edifício conventual e da pousada. O rasgamento deste espaço numa cota inferior à do pavimento actual do castelo, permitiu a manutenção de uma área “em vazio”, com um percurso perimetral em redor de um maciço, situado debaixo da quadra central do claustro conventual. Este maciço é constituído pela acumulação das ruínas, devidamente limpas e preparadas, de

modo a fornecer uma leitura diferenciada das épocas que ali se entrelaçam e sobrepõem, do século XVII (as mais recentes), até cerca do século V a.C. (as mais antigas) .

Uma visita a esta autêntica “cripta” torna-se, assim, numa espécie de viagem no Tempo, tal a sua profundidade. Surpreendem-se, por exemplo, as fundações seiscentistas de algumas das construções conventuais mais recentes, convivendo, lado a lado, com ruínas da Idade do Ferro, cerca de dois mil e quinhentos anos mais antigas...

Beuipo: o povoado da Idade do Ferro

A proto-história de Alcácer do Sal (séculos VII a III/II a.C.)

Os testemunhos arqueológicos demonstram que Alcácer do Sal, durante a Idade do Ferro, se tornou um aglomerado populacional de considerável importância. O rio Sado constituía uma via de penetração privilegiada para os navegadores comerciantes que, a partir do Mediterrâneo, até aqui se deslocavam para comercializar os seus produtos. Desempenhava provavelmente também um papel fulcral no quadro das rotas comerciais estabelecidas entre o Norte e o Sul da fachada atlântica peninsular, que se prolongou pela época romana pelo menos até aos séculos I/II d.C., altura em que se verifica um acentuado declínio desta cidade.

Difícilmente se poderá falar, em relação a este período, de uma colonização massiva, implicando a deslocação para a Península de número significativo de pessoas detentoras de tecnologias de feição oriental. É de crer que a ocupação deste núcleo urbano durante a Idade do Ferro se tenha processado de uma forma regular e continuada. Parece assistir-se, sobretudo, à difusão de aspectos específicos de uma cultura exterior de influência oriental, como sejam a tecnologia de construção, o ritual e a forma de enterramento, os tipos cerâmicos e as técnicas de olaria e, sobretudo, a circulação de ideias. Apesar deste facto, regista-se uma escassa presença de elementos escritos, com excepção de numismas e do aparecimento fortuito de um objecto que tem sido interpretado como braçal de arqueiro, em que se encontram inscritos alguns caracteres conotáveis com a chamada “escrita do sudoeste”.

Sabe-se, através das referências de geógrafos como Heródoto (século V a.C.) e Hecateu de Mileto (500 anos a.C.), que entre o estuário do Tejo e o Cabo de S. Vicente, o Ocidente Peninsular seria habitado, com toda a probabilidade, pelos Cinetes ou Cónios, designados por *Kynesioi* pelos gregos. Porém, no que respeita especificamente a Alcácer do Sal, os relatos são manifestamente insuficientes, restando-nos, como elemento fundamental para a compreensão dessas épocas remotas, os dados proporcionados pela arqueologia.

A localização geográfica deste núcleo urbano assume, indubitavelmente, como se viu já, um papel relevante em todo o processo de povoamento e desenvolvimento das comunidades humanas que aí se foram instalando. A facilidade de defesa proporcionada pelo relevo e a presença de um curso de água navegável até ao Atlântico foram factores essenciais para a sua prosperidade.

Ao nível da agricultura, é de referir a relevância das produções cerealífera e vinícola. Políbio já havia gabado, no século II a.C., a importância do trigo e do vinho nesta região, facto que se pode relacionar com as espigas e ramos que aparecem em moedas cujos cunhos são atribuídos à cidade de Beuipo .

A actividade pecuária, particularmente a criação de gado bovino, ovino e caprino, era também importante numa área propícia à pastorícia. O fabrico de tecidos ligeiros à base de lã é, inclusivamente, referido por Estrabão (III, 2,6). Aliás, das escavações na área do Castelo, provêm várias fusaiolas (cossoiros) atribuíveis a este período. A descoberta de numerosos pesos de tear romanos indica, por sua vez, a continuidade da produção têxtil.

Quanto à pesca, os escassos indícios encontrados no Castelo (pesos de rede e naveta de cozer redes) são de época romana. Mas é certo que antes da romanização já ali se praticava esta actividade. A sua relevância é sugerida também pelos cunhos de moedas pré-romanas, possivelmente de fabrico local, em que surgem as representações de um peixe que, anatomicamente, parece ser corresponder ao atum.

Refira-se, ainda, que o Baixo Sado oferece condições naturais para a exploração do sal marinho, recurso de grande importância, quer como condimento, quer para a conservação de alimentos, nomeadamente do peixe. É, portanto, provável que em *Beuipo*, na Idade do Ferro, se procedesse já a esta actividade conserveira, que encontra no período romano o seu apogeu, especialmente nas costas meridionais do actual território português e nas proximidades de Alcácer do Sal (Setúbal – a antiga Cetóbriga e Tróia)

O povoado

O povoado da Idade do Ferro ocupava uma posição dominante sobre o rio *Callipus* (Sado), erguendo-se num local pouco afastado do estuário, de fácil acesso à navegação marítima e, portanto, favorável ao intercâmbio económico e cultural. Foi um dos mais importantes povoados pré-romanos do litoral atlântico, como se pode verificar através dos testemunhos exumados tanto no local como na correspondente necrópole. O arruamento posto a descoberto durante as escavações e preservado, num dos seus troços, na Cripta arqueológica, denuncia, como se referiu, a existência de um urbanismo incipiente neste período. É, no entanto, um indício suficiente para se reconstituir, com base em paralelismos da mesma época e do mesmo contexto cultural mediterrânico, o tipo de organização do habitat de Alcácer do Sal na proto-história. De um modo geral, segue os padrões construtivos que, em regra, se repetem nos vários núcleos urbanos da época. No entanto, o grau de destruição e de descaracterização é muito significativo

neste local, devido ao intensivo reaproveitamento dos espaços e dos próprios materiais de construção em épocas subsequentes.

Segundo os estudos realizados na Península Ibérica em diversos povoados contemporâneos, as estruturas urbanas da Idade do Ferro de cariz mediterrânico incluíam casas de unidades simples ou compostas por várias divisões. Os edifícios testemunham uma técnica de construção com claras afinidades com as tradições arquitectónicas de influência fenícia.

As casas simples eram destinadas ao uso habitacional ou ao armazenamento e constituíam recintos independentes. Eram, normalmente, de reduzidas dimensões. Porém, um conjunto destes recintos poderia pertencer a uma só unidade familiar, assumindo cada um destes a função de uma das dependências da casa. Nestes casos a rua funcionava como acesso e meio de comunicação entre as diferentes divisões de uma única habitação, passando a fazer parte do espaço doméstico. As casas com divisões podiam, inclusivamente, ter um piso superior. São construções quadrangulares ou rectangulares, que seguem modelos arquitectónicos orientais, com paredes de pedra irregular e argamassa argilosa ou, eventualmente construída em adobe e taipa. A cobertura fazia-se provavelmente com colmo. As paredes eram rebocadas com uma capa de barro e acabadas com um revestimento de estuque à base de cal. As portas encontravam-se num plano mais elevado que o do arruamento, fazendo-se o acesso através de degraus instalados no exterior. Os pisos eram formados pelos solos naturais calcados ou batidos, mas alguns encontram-se pavimentados.. As estruturas de combustão ocupariam o espaço central da habitação. Por vezes o braseiro foi instalado directamente sobre o piso, embora existam lareiras melhor preparadas, delimitadas com pedras ou lajes .

É de destacar, ainda, a existência de um importante edifício que, pelas suas dimensões e configuração, assume as características de um templo, cujas estruturas foram aliás reaproveitadas para a construção de um santuário de época romana, formando-se assim um curioso imbricado arquitectónico pré-romano e romano .

Os achados arqueológicos da Idade do Ferro

Os achados de materiais cerâmicos da Idade do Ferro recolhidos no decurso da intervenção arqueológica foram, apesar de tudo, reveladores. Reflectem – e confirmam – as influências mediterrânicas e orientalizantes que se detectam nas estruturas edificadas. A par da cerâmica de fabrico manual verificou-se a existência da cerâmica feita a torno (cerâmica de engobe vermelho, cerâmica cinzenta-fina, cerâmica policroma de bandas, bem como ânforas fenícias).

A influência púnica (ou cartaginesa), dos séculos IV a III a.C. é também amplamente demonstrada através da presença de ânforas ibero-púnicas e de cerâmica revestida por aguada vermelha, sobretudo os chamados “pratos de pescado”. Surgem também numerosos fragmentos de cerâmica ática, proveniente da Grécia. Na transição para o período romano (séculos II e I a.C.), predomina ainda a cerâmica púnica e/ou ibero-púnica. A cerâmica comum, bem como a cerâmica cinzenta e a cerâmica pintada, encontra-se na continuidade das anteriormente produzidas. Paralelamente surge a cerâmica campaniense, de origem itálica, e as ânforas romanas do período republicano, ou seja, imediatamente anteriores à institucionalização do Império Romano.

No entanto, para além dos recipientes cerâmicos, as escavações arqueológicas permitiram recolher diversos outros objectos produzidos no âmbito da Idade do Ferro, alguns deles de grande valia histórica e documental, sendo de destacar as estatuetas de terracota e de bronze, alguns adornos e amuletos, fragmentos de anforiscos de vidro, diversos cossoiros (fusaiolas) e moedas.

A área do santuário

Na área do santuário foi encontrada uma estatueta de terracota com a figura de uma águia carregando uma figura humana nas suas garras. A águia é a personificação do deus grego *Zeus* quando rapta o jovem *Ganimedes*, levando-o para o Olimpo para ser seu servo.

Foi neste local que surgiu um importante conjunto de figurinhas de bronze, umas zoomórficas e outras antropomórficas. Atendendo às suas características e à contextualização estratigráfica, são atribuíveis aos finais do século V a.C., inícios do século IV antes de Cristo. Estas estatuetas podem ser agrupadas em três tipos:

- guerreiros;
- orantes;
- representações de animais quadrúpedes.

As figuras de guerreiros apresentam-se nuas, com as pernas destacadas entre si. O braço esquerdo ostenta um escudo redondo, sendo de presumir que o direito empunhasse uma espécie de punhal, à semelhança do que se tem verificado noutras imagens congéneres aparecidas em outros pontos da Península.

As estatuetas de orantes, algumas incompletas, têm um corpo oblongo e quase cilíndrico, com as pernas afastadas entre si e um ou os dois braços erguidos em gesto de oração. Todos eles se apresentam nus e, à excepção de um exemplar que é feminino, todos são masculinos e, tal como os guerreiros, apresentam o sexo erecto. Quanto às imagens zoomórficas, representam grandes herbívoros, nomeadamente um equídeo e alguns bovídeos.

Constitui excepção a presença de um pequeno cubo de cobre ou de bronze. As dimensões das estatuetas não ultrapassam os doze centímetros, oscilando as representações antropomórficas entre os sete e os onze centímetros e as representações zoomórficas entre os seis e oito centímetros.

De entre os adornos e amuletos, a mais notável peça descoberta, igualmente na área do santuário, é um talismã egípcio esculpido que mede apenas 14 mm de comprimento. Uma das faces exhibe a representação do olho de *Horus*, deus egípcio, filho de *Osíris* e de *Ísis*, caracterizado como divindade protectora e fonte de vida. Na face oposta encontra-se a figura de um quadrúpede unglado. Este artefacto constitui, aliás, um admirável testemunho dos contactos com os povos do Mediterrâneo Oriental, contacto que as rotas comerciais fenícias possibilitavam.

Nos contextos pré-romanos de Alcácer do Sal foram também descobertos numismas cunhados na área de influência de Gadir (actual Cádiz) ou de outras cidades do sul da Hispânia, cuja circulação neste lugar era promovida pela intensa actividade comercial. Algumas moedas, no entanto, poderão ser de cunhagem local. Alguns investigadores defendem a existência de uma *ceca* (oficina de cunhagem) nesta cidade, que seria responsável pela produção dos numismas com uma inscrição que se tem revelado de difícil leitura. Este facto deve-se ao tipo de escrita utilizado, diferente das restantes escritas ibéricas, conotável com a designada “escrita do sudoeste”, mas que

está sobretudo relacionada com a escrita meridional da Península Ibérica. A inscrição patente nas moedas foi, aliás, objecto de várias interpretações: *Cantnipo*, *Ketovion*, *Ketouibon*, *Keition*, *Evion*, *Beuibus*, *Beuipum=Beuipo/Peuipo*. Tais moedas poderiam, de facto, ter sido cunhadas em *Beuipo* na segunda metade do século II a.C. e na primeira metade do I a.C. Alguns destes numismas apresentam no anverso a imagem de uma divindade e, no reverso, a inscrição alusiva ao local de cunhagem acompanhada por representações de motivos marinhos, nomeadamente golfinhos ou atuns. Um outro tipo monetário atribuída à mesma *ceca* exibe no anverso a figura de um hipocampo e no reverso uma ou duas espigas.

As divindades mais regularmente representadas neste tipo de moedas são *Melqart*, *Herakles* e *Neptuno*. O golfinho, por sua vez, é o símbolo do deus grego *Apolo Delfinios*. Em todo mundo grego simboliza a navegação segura e o bom augúrio. É um indicador da pujança comercial de cidades marítimas ligadas ao culto de *Herakles-Melqart*.

Assinale-se que, na Hispânia, a representação dos atuns é frequente em *cecas* de origem fenícia. Quase todas adoptaram este motivo devido à influência das moedas de Gadir, reportando-se à actividade económica predominante, comum a estas cidades costeiras. Parecem, assim, fazer referência à riqueza pesqueira e à indústria de salga de preparados piscícolas, estando igualmente relacionado com o poderio comercial marítimo da cidade.

Beuipo, ao copiar os cunhos de Gadir, revela uma provável dependência desta importantíssima cidade do mediterrâneo. Perante os dados divulgados em relação às cunhagens de *Beuipo* do final da IIª Idade do Ferro, é possível que estas emissões pudessem ter sido efectuadas por oficinas itinerantes, cujos serviços seriam requisitados pelos líderes, com a finalidade de facilitar o comércio nos mercados dominados por Gadir. O uso de iconografia equiparável à da moeda forte propiciava uma integração mais fácil e directa em mercados fixos de determinadas cidades. Note-se que existiam moedas falsas e imitações. A falsificação e a imitação de uma moeda forte permitiria, na altura, gozar das vantagens de um determinado mercado.

As moedas com o símbolo de espigas estariam relacionadas com a produção de cereais. É um dos motivos vegetalistas mais utilizados nas emissões fenício-púnicas do Norte de África e do sul da Hispânia. Parece, nestes casos, ser estreita a associação com as deusas *Tanit* (cartaginesa) e *Astarté* (fenícia). Já o hipocampo é um símbolo

frequentemente representado nas moedas de Tiro e de Biblos (na Fenícia). Este animal lendário tinha por tarefa puxar o carro de *Poseidon*, o deus dos mares .

Em todas estas moedas surge ainda o símbolo do crescente. Muito usado em representações plásticas fenício-púnicas, com funções de amuleto, era também aplicado em símbolos de contexto funerário. Está associado ao culto de divindades solares e marinhas e foi usado em cidades gregas, sicilianas, no Norte de África e em todo o sul da Hispânia.

A Necrópole (cemitério)

A principal necrópole relacionada com o povoado da Idade do Ferro localiza-se no Olival do Senhor dos Mártires, a cerca de 500 metros a poente do Castelo de Alcácer do Sal. O respectivo estudo permite um conhecimento mais abrangente sobre o jogo das influências culturais externas que moldaram as gentes desta região neste período.

A história dos achados é conhecida. Em Dezembro de 1874, na sequência de trabalhos de lavoura, foram acidentalmente postos a descoberto alguns vestígios funerários no local. De entre os materiais recolhidos são referidas urnas de várias dimensões contendo cinzas, vasos gregos ricamente decorados, elementos da roda de um carro, lanças de ferro, espadas de antenas , falcatas, *soliferrea* (lanças) e xorcas com “sanguessugas” de bronze (adorno compósito usado ao pescoço) . Mais tarde, em 1894, durante trabalhos de remoção de terras realizados a Norte da Igreja do Senhor dos Mártires, novos objectos arqueológicos viriam enriquecer o espólio até então recolhido.

Passados cerca de cinquenta anos sobre a data das primeiras descobertas, foram aí levadas a efeito, pelo Professor Vergílio Correia, uma série de importantes escavações arqueológicas que decorreram entre Fevereiro de 1925 e Abril de 1927. As sepulturas então escavadas reflectem a existência de diferentes formas de enterramento que este investigador agrupou em quatro tipos distintos, traduzindo aparentemente hábitos culturais específicos. Desde aquela intervenção, o terreno em que as mesmas se encontravam sofreu alterações significativas, tendo sido destruídas pela lavoura as mais superficiais, ficando preservada apenas parte das sepulturas cavadas na rocha, de formato rectangular, localizadas nos níveis mais profundos.

Outras sepulturas deste tipo viriam a ser postas a descoberto durante as escavações realizadas por António Cavaleiro Paixão em finais dos anos 60 e, mais recentemente, em 1979/80, correspondendo estas, seguramente, ao mais antigo momento de ocupação sidérica do núcleo urbano. Foram referenciados, durante estas escavações, numerosos objectos, nomeadamente: lâminas de lança e respectivos contos, falcatas, facas afalcatadas, *soliferrea*, xorcas com sanguessugas de bronze, fivelas de cinturão e pratos de engobe vermelho. Foram igualmente descobertos vestígios de elementos das rodas de carros, que poderiam ter sido concebidos precisamente para esse fim, votivo e funerário.

Ocasionalmente, surgiram escaravelhos sagrados egípcios. Estas peças simbolizam a divindade egípcia solar *Khepra* (“aquele” que surge): representa o amanhecer (*Jepre*), a vida, a ressurreição. No antigo Egipto, o escaravelho era colocado sobre o peito do defunto, no lugar do coração, para o proteger perante o tribunal de *Osiris* (juiz dos mortos).

Mas recentemente foi identificada no Bairro de S. Francisco uma outra necrópole com níveis da Idade do Ferro, a cerca de uma centena de metros a Norte do Castelo de Alcácer do Sal. Nesse local surgiram, fragmentos de cerâmica romana, grega e orientalizante. Esta área funerária constitui igualmente uma importante fonte de informação sobre a Idade do Ferro no Sul de Portugal.

Salacia: Alcácer do Sal no período romano

Importante povoado no decurso da Idade do Ferro, como vimos acima, a urbe vai transformar-se no decurso do Alto Império, mantendo um conjunto de funções administrativas e de domínio territorial que já detinha em contexto pré-romano.

É provável que o território da *Civitas* de *Salacia* - seguindo a proposta de Jorge de Alarcão -, incluísse um vasto território que a Norte de Alcácer. Inseriria a actual serra da Arrábida e a foz do rio Sado, dominando os povoados de *Caetobriga* e Tróia. Para sul, o território incluía parte da actual serra de Grândola. Quer isso dizer que, grosso modo, a cidade durante grande parte do Período Romano dominou economicamente e administrativamente o Baixo e Médio Sado.

As fontes clássicas, embora sucintas, são mesmo assim eloquentes a este respeito. Segundo Pompónio Mela (*De Chorogr.*, III,1,8) e Plínio (*NH*, IV, 35, 116), os *oppida* mais famosos situados na costa a partir do Tejo são *Olisipo* e *Salacia*, cognominado *Urbs Imperatoria*. Já no que concerne à economia, Plínio fala da importância das lãs aqui produzidas, nomeadamente as fabricadas em lã branca e preta, a que chamavam *escudados*. Por outro lado a actividade portuária desenvolvida na cidade englobava a pesca e o transporte de minérios, bem como produtos agrícolas e pecuários. Os contactos com o exterior também seriam intensos e o constante rodopio de produtos e pessoas daria à cidade um ar de urbe cosmopolita, salvaguardadas as devidas proporções.

Apesar das lacunas documentais que impedem uma compreensão mais ampla da urbe romana de *Salacia*, existe um importante conjunto de materiais arqueológicos, de epigrafia e de cerâmica, depositados desde o século XIX no Museu Municipal Pedro Nunes, e que tem sido estudada regularmente desde essa altura. A análise da epigrafia de *Salacia* transmite, de resto, alguns elementos interessantes sobre a sua composição étnica, salientando-se uma romanização profunda, responsável por uma quase ausência de antropónimos indígenas ou de influência púnica. Detecta-se, no entanto, uma abundante onomástica latina de numerosos *cognominam* de origem grega, presentes na denominação de dois ou três magistrados locais: o duúnviro e flâmine de Augusto *L. Iulius Philon*¹; e o duúnviro, perfeito substituto do duúnviro e flâmine dos imperadores divinizados *L. Porcius Himerus*². O terceiro magistrado conhecido, denuncia, pelo seu nome, uma mais que provável origem norte africana. Trata-se de *L. Cornelius Bocchus*, provavelmente, o escritor latino referido por Plínio e que foi homenageado na *Colónia Scallabitana*, hoje Santarém. Apesar de subsistirem dúvidas quanto a esta identificação, importa referir que o *cursus honorum* de *L. Cornelius Bocchus* é o mais notável do

Conventus Pacensis, com ingresso na ordem equestre: “*Lúcio Cornélio Boco, filho de Gaio, perfeito dos Césares pela segunda vez, flâmine provincial, pontífice perpétuo, flâmine perpétuo, duúnviro, edil duas vezes, perfeito dos artífices cinco vezes, tribuno militar, fez a expensas suas*”³.

Na cidade já foram detectadas as seguintes famílias: *Apuleia, Cornélia, Durovia, Iunia, Octavia, Porcia* e *Sulpicia*. No campo, foram identificadas as famílias *Flavia, Iulia, Maria* e *Rubria*. Também os cognomina gregos estão bem representados no município salaciense: *Corinthus, Himerus, Philon, Priamus, Teophilus* e *Zographus*.

No âmbito religioso, os testemunhos epigráficos mostram que os cultos orientais eram conhecidos na cidade. É possível, a este propósito, referir uma inscrição referente a Isis⁴, mas é igualmente provável que também fossem adorados os deuses orientais *Mitra* e *Júpiter Amon*.

O início da decadência da cidade acontece a partir do século II. De facto, por razões ainda não esclarecidas, as elites locais e a própria urbe mostram-se incapazes de fazer frente à ascensão e predomínio de *Olisipo*, a actual Lisboa.

A cidade romana (séculos I a.C. a III d.C.)

Embora a exploração salineira tenha constituído uma das principais fontes de desenvolvimento e sustento da cidade, o nome pela qual ficou conhecida desde os tempos romanos – *Salacia* - nada tem a ver, directamente pelo menos, com a produção de sal, contrariamente ao que a homofonia sugere. Deriva sim, do nome ou título da divindade marinha *Salacia* (equivalente da grega *Anfitrite*), esposa de Neptuno, indicando deste modo a importância do comércio oceânico no desenvolvimento económico da urbe.

Porém, é muito pouco o que conhecemos do urbanismo antigo de *Salacia*, tendo em conta as modificações a que foi sucessivamente sujeita a urbe, a sedimentação milenar que o alto da colina sofreu, bem como a impossibilidade em estender, por enquanto, os estudos arqueológicos a áreas mais vastas. Por isso se torna ainda difícil a identificação minimamente segura dos monumentos públicos ou privados da cidade, que foram decerto numerosos.

Pese embora estas limitações, trabalhos recentes de escavação arqueológica levados a efeito na área envolvente da Igreja de Santa Maria do Castelo e no quase vizinho Convento de N^a. S^a de Aracaeli, colocaram a descoberto, com grande probabilidade, parte do *fórum* da cidade. Este situar-se-ia, portanto, numa plataforma elevada, com especial visibilidade para Sul (e visível do Sul, deitando sobre o meandro do rio Sado), preenchendo o vazio que actualmente se surpreende entre a igreja e o convento. Esta disposição, embora careça de uma confirmação mais firme, parece corresponder a um padrão de ocupação, comum a outras cidades de grande idade e de ocupação permanente. Quase sempre se assiste ao prolongamento da ocupação do lugar mais relevante da cidade, onde se encontrava o centro administrativo e religiosa da urbe romana, pelo templo cristão mais antigo e mais significativo.

Na azinhaga do Senhor dos Mártires, em S. Francisco e no Bairro do Crespo, localizavam-se as necrópoles romanas da cidade. Nas imediações de Alcácer do Sal foram já identificados os restos de um aqueduto, uma barragem romana, uma cisterna e um conjunto importante de ocupações romanas no espaço periurbano. Importantes testemunhos de presença romana foram também encontrados na zona ribeirinha da cidade, na base do castelo, junto ao rio. Ao longo do rio Sado e principais afluentes, foram, ainda identificadas importantes vestígios da presença romana, nomeadamente *villae*, unidades de produção cerâmica e pequenas unidades uni familiares.

O Santuário

Entre os testemunhos identificados dentro do recinto do Convento de Aracaeli, o santuário pré-romano é o mais significativo. Este santuário viria, todavia, a ser mantido após a conquista romana. Na cidade romana ficava situado a cerca de 50 m a NO do *fórum*. Hoje reside dentro da cripta arqueológica e por debaixo do convento cristão, a profundidade considerável, sensivelmente no lado norte da nave da igreja.

De planta rectangular, com uma área de 120 m² (12,50m de comprimento por 9,50 m de largura), o edifício é formado por duas *cellae* ligadas entre si por dois corredores, um dos quais rampeado, com uma largura que varia entre os 0,80 m e os 0,95 m e cujo pavimento, em *opus signinum*, apresenta meia cana lateral. Encontra-se

modificado pela intrusão de silos e de estruturas posteriores do período de ocupação muçulmana e medieval cristã.

Nele foi encontrado uma *tabella defixionis*, sendo o primeiro documento deste género encontrado em Portugal. *Tabella* significa pequena placa. *Defixionis*, que traduzida à letra dá *defixão*: trata-se, efectivamente, de um vocábulo que não tem correspondente em língua portuguesa. É um substantivo abstracto formado a partir do verbo *defigere*, que para além do seu significado concreto – *espetar* –, detém uma conotação simbólica – *encantar e amaldiçoar*. É em suma, a mensagem escrita que a *tabella* contém.

As *tabellae defixionum* eram geralmente colocadas nos lugares mais escondidos e reservados, nomeadamente em sepulturas, uma vez que se partia do princípio que seriam os mortos, através do seu íntimo contacto com as divindades infernais, os melhores mensageiros e interlocutores, e ainda porque atendendo ao carácter sagrado e inviolável dos sepulcros, dificilmente alguém as poderia roubar para anular o seu poder. No caso da *tabella* de Alcácer do Sal, ela surgiu, significativamente, no poço do santuário.

No caso em apreço, a mensagem com caracteres cursivos em latim foi escrita num suporte de chumbo, metal maleável, fácil trabalhar e mais apto à inscrição de uma mensagem escrita. Mas a questão prática terá sido secundária. Efectivamente, de acordo com a tradição, o chumbo é o metal preferido do deus Saturno e encontra-se ligado aos mortos.

Diz, o texto em latim:

“Domine Megare invicte! Tu, qui Attidis corpus accepisti, accipias corpus eius qui meās sarcinas supstulit, qui me compilavit de domo Hispani. Illius corpus tibi et anima do dono ut meas res inueniat. Hunc tibi ostia quadripede done. Attis, voveo, si eas iure invenero. Domne Attis, te rogo, per tuum Nocturnum, ut me quam primum compote facias!”

Segundo a tradução proposta:

“Ó Senhor Mégara Invicto! Tu, que recebeste o corpo de Átis, digna-te receber o corpo daquele que levou as minhas bagagens, que me roubou da casa de Hispano. Ofereço-te como dádiva o corpo e a alma dele, para que encontre os meus haveres. Eu

te prometo como vítima este quadrúpede, Átis, se, como é de justiça, eu os encontrar. Rogo-te, ó Senhor Átis, pelo teu Nocturno, que faças com que eu os possua quanto antes.”

Trata-se, como se percebe, de um voto de “mau olhado” gravado em chumbo, um metal “saturniano” e apropriado à tarefa - assaz obscura - ali pedida. Não sabemos, claro está, se a maldição surtiu efeito, mas o ódio nela patente dá-nos conta dos caminhos da magia que habitavam de forma plena e ubíqua a religiosidade e as crenças no período romano. Trata-se da simbiose de diversos deuses, ficando clara, porém, a relação com os cultos orientais, mormente os cultos místéricos de Cibele, facto reforçado pelo sacrifício a efectuar ser em nome de Átis.

Não deixa de ser significativo que a cristianização do lugar, que se fez por intermédio da fundação da Igreja de Santa Maria no lugar antes ocupado pela mesquita e mais tarde capela da Ordem de Santiago -mas, antes da mesquita, verosimilmente ocupado pelo templo principal do *forum* romano- tenha sido reforçado pela dedicação da igreja do Convento a Nossa Senhora de Araceli (o *Altar do Céu*), na realidade a cristianização consciente ou inconsciente de uma santuário místico de Cibele, da Grande Mãe), como que para perpetuar os cultos e as venerações, bem como as superstições pagãs, que ali abundavam, fazendo deste monte um “alto-lugar” religioso desde tempos imemoriais .

**Alcácer e a sua Região, desde a Antiguidade Tardia até à conquista Islâmica
(séculos IV-VII)**

São escassos os elementos documentais para o estudo da Antiguidade Tardia e da anexação do Baixo Sado ao Califado Omíada de Damasco/Síria. Uma análise desatenta e desconhecadora da realidade arqueológica de Alcácer, deduzirá simplesmente que a urbe de *Salacia* desapareceu após o século IV/V d.C.

Era esta, de facto, a ideia dominante defendida pela comunidade científica. Todavia, se assim fosse, seria impossível explicar a riqueza dos materiais arqueológicos exumados em algumas *villae* romanas do território de *Salacia*, abastecidas por produtos estrangeiros e requintados provenientes do Norte de Africa, especialmente da actual Tunísia. Estes só poderiam chegar por via marítima, e o desembarque teria que ter lugar em Alcácer. No entanto, o início das investigações no âmbito da arqueologia medieval no Baixo Sado, nos moldes em que se foi impondo a partir da década de 90 do século passado e a revisão que entretanto foi feita por vários investigadores deste período ao longo do mar mediterrânico tendo em conta a sua especificidade, permitiram a reinterpretção da cultura material e da sua expressão arquitectónica na paisagem.

Existe, assim, em resumo, uma aparente invisibilidade da Antiguidade Tardia na região de Alcácer. Mas esta invisibilidade terá a ver com factores complexos, como por exemplo a ocorrência de uma crise demográfica, cultural e económica, a consequente senão certa, instabilidade política daí adveniente, e o empobrecimento das elites urbanas que se refugiam no campo, descurando as suas responsabilidades para com o governo da cidade.

Em resposta emerge um novo mundo, em que os modelos da Antiguidade Clássica, com os seus imponentes programas construtivos de carácter público ou privado que moldam a paisagem envolvente, vão dar lugar a construções mais simples e, por vezes, toscas. A cerâmica requintada vai dar lugar a uma cerâmica mais rude, com um acabamento empobrecido, o que acontece em praticamente todos os aspectos da cultura material. A sociedade no seu todo vai, gradualmente, abraçar o cristianismo, sempre com a nostalgia do mundo romano que, não obstante, vai desaparecendo em termos físicos.

Tendo por base estes pressupostos, que implicam um registo arqueológico contrastante com o do período anterior, foram já identificados sítios arqueológicos que parecem encerrar um conjunto de documentação que, é de crer, irão dar um importante contributo para a renovação do conhecimento da região nessa fase crítica da sua história. Referimo-nos ao castelo de Alcácer e área urbana anexa e a mais dois locais,

importantes por razões diferentes: - S. João dos Azinhais/Torrão e Santa Catarina de Sítimos/Santiago .

No caso do castelo de Alcácer, as cerâmicas estudadas, demonstram a existência de produções locais de cronologia claramente visigoda e outras já posteriores e com influência islâmica. Quanto à arquitectura, o Museu Municipal Pedro Nunes, instalado na Igreja do Espírito Santo, conserva no seu acervo alguns elementos de colunas deste período, com bons paralelos no Palácio Episcopal de *Barcinio*/Barcelona. Podemos, desta feita, concluir que na altura da conquista islâmica de 711, existia ocupação humana significativa dentro do castelo de Alcácer, instalado no espaço entre muralhas, embora em moldes que ainda desconhecemos.

Nas margens do Xarrama, a sul do Torrão, encontra-se o sítio de S. João dos Azinhais/Torrão. Foi ocupado no decurso do Império Romano, desde o seu início até à fase Visigótica. O primeiro autor que refere a presença romana neste local foi André de Resende que, no século XVI, deu a conhecer documentação epigráfica aqui encontrada. São, aliás, vários os autores que referem a existência pretérita, neste local, de um templo dedicado a *Júpiter Óptimo Máximo*, consagrada por *Flavia Rufina*, assumindo assim um culto de características oficiais. Este documento epigráfico demonstra, também, uma relação oficial que houve entre Mérida e *Salacia*.

Jorge de Alarcão sugere, inclusivamente, a existência no local da residência de uma das maiores famílias do município de *Salacia*. A vila romana terá continuidade no período de domínio Visigótico e é já nesta conjuntura que é erguida no ano de 682, no reinado do rei Ervígio e nas vésperas da conquista islâmica, uma igreja paleocristã, dedicada aos meninos mártires Justo e Pastor, facto que demonstra a vitalidade da ocupação rural em contexto visigótico e do papel da igreja neste período. Este local arqueológico é, pois, um documento ímpar para o conhecimento do quotidiano dos finais do Reino Visigodo, nas vésperas de ser anexado ao Califado Omíada de Damasco.

Por sua vez, as cerâmicas depositadas na secção de reservados do Museu Municipal Pedro Nunes, são o resultado de prospecções de superfície e mostram as tipologias em uso nesta fase, tipologias estas que se mantêm, com variantes, após a conquista islâmica. Encontram-se bons paralelos entre estas cerâmicas e as encontradas em locais coevos da região do Alqueva, bem como mais próximo, na zona de Palmela (por exemplo, na alcaria islâmica da Queimada) ou em Tróia.

Em relação à *villa* romana de Santa Catarina de Sítimos, os trabalhos de escavação ainda estão no seu início. Pode, contudo, afirmar-se que ali se encontram importantes testemunhos da presença romana, com inícios em meados do século I a. C. mas prolongando-se no tempo. Algumas cerâmicas pós-romanas documentam uma presença humana no local, em contexto islâmico emiral/califal, e posteriormente, a partir do século XIII. A primeira referência documental a este local remonta a 1249, chamando-se então de Setimus, o que poderá ficar a dever-se a uma alusão à etapa 7 (sétima) da via romana Salácia-Évora-Beja, ou ao nome do eventual proprietário desta *villa* (de resto, nome de um imperador romano, Septimius Severus (r. 193-211 d.C.) e de um dos governantes da Panónia, na fronteira do Danúbio, um tal Septimius (r. 271-272 d.C.).

Al Qasr: a Alcácer do Sal islâmica

A conquista islâmica (séculos VIII-X)

O domínio islâmico deve ser entendido da Península Ibérica no quadro orgânico do Mediterrâneo. Isto é : a “islamização” não foi, apenas, o fruto de uma invasão militar iniciada por Tarik em 711 d.c. ou de uma estrita imposição pela força. Se houve de facto uma penetração agressiva de exércitos na Península Ibérica e uma capitulação de cidades e praças-forte em dois terços da sua extensão - o que configura uma conquista militar sem remissão, que ocorreu com grande facilidade no Sul e no centro do actual território. Esta ampla zona submeteu-se aos novos senhores, que se revelaram tolerantes face aos autóctones e à religião cristã.

Não admira pois que, depois do desmoronamento do Império Romano e em período de fragmentação do poderio dos antigos reinos cristãos germânicos e visigóticos, a estes se tenham substituído outros senhores que negociaram a sua posição de domínio. Por outro lado, nos territórios meridionais, como por exemplo na zona de Alcácer e no Baixo Sado, os povoados e cidades mais antigas inscreviam-se num complexo geográfico e económico secular, com contactos intensos entre o Oriente e o Ocidente mas também com o Magreb . O processo de islamização do ocidente peninsular parece foi também, sabe-se hoje, um movimento civilizacional.

De facto, desde o século VIII que o Sul do território que viria a ser Portugal assistia à implantação do Islão. Porém, árabes e hispano-romanos, muçulmanos e cristãos, conviviam nas cidades que caíram, com rapidez, sob domínio árabe logo entre 714 e 716 d.c.. O poder dos *caids* e dos *walis* (os alcaides e os chefes) que governavam a cidade ou os territórios do seu entorno - a *kura* - fazia-se sentir de forma militar e política . As cidades foram, aliás, o verdadeiro alfofre da islamização uma vez que a sua existência dependia das actividades produtivas, pelo que terá sido fácil chegar a acordo com os novos senhores através de uma posição essencialmente diplomática. Esta posição de mediação e aproximação justificava-se inteiramente por se tratar de um território cujas ligações ao arco mediterrânico remontavam à civilização romana, passando depois pela influência bizantina. Continuidade, portanto, é o que se regista neste universo, do qual Alcácer do Sal fazia parte. O processo de islamização do ocidente peninsular parece ter sido, por isso, um movimento civilizacional, para o qual

existia uma conjuntura e uma oportunidade, conduzindo a uma permanente negociação política e religiosa.

Todavia, são apesar de tudo escassas as informações sobre Alcácer recolhidas em documentos ou crónicas relativas ao período de domínio islâmico. No entanto, a antiga Alcácer aparece referida várias vezes, desde o século X até ao século XV, demonstrando que a sua importância no mundo islâmico medieval não passou despercebida ⁵.

Poderá até parecer paradoxal o quase silêncio das fontes relativamente à Alcácer islâmica, mas este facto poderá dever-se a um conflito de interesses entre os autóctones tardo romanos de *Salacia* e os representantes do poder islâmico. É de crer, que tenha sido celebrado um pacto entre as tropas muçulmanas e a elite residente em *Salacia*, permitindo a estes últimos manterem as suas propriedades desde que pagassem impostos aos representantes legais do Califado Omíada de Damasco, instalados em Córdova. Contudo, em 740/50, o *al-Andalus* assiste a um clima de guerra e grande instabilidade entre berberes de um lado e árabes pelo outro, com a agravante de, no oriente, no decurso do golpe de estado que conduziu ao assassinato da família califal Omíada, a capital do império ter-se instalado em Bagdad, sob o comando vitorioso do clã Abássida.

Refira-se que a lógica de dominação e a conjuntura histórica fazia com que estes territórios do Gharb estivessem predominantemente sob influência indirecta dos grandes centros económicos e culturais do Al-Andalus: Córdova, Sevilha ou Toledo. Esta realidade não impediu, porém, que o Gharb se autonomizasse gradualmente. Politicamente, a pulverização de centros e a concentração urbana, característica das civilizações de matriz mediterrânica, conferia uma identidade própria aos territórios do ocidente (do Gharb) e um regime de administração muitas vezes autónomo. Se o período de apogeu islâmico se inicia com a dinastia omíada de Córdova, no *Gharb* surgem, porém, diversos movimentos revoltosos ⁶, com grandes repercussões políticas e religiosas no ocidente, acompanhados de fenómenos políticos de independência governativa .

As primeiras notícias históricas islâmicas referem que Mas'ud b. Abu Danis e o seu clã, de origem berbere, vão buscar refúgio numa fortaleza designada *al-Qasr* (Alcácer), por volta de 262H/875-876 d. C, após terem sido expulsos de Coimbra, por al-Surunbaqi, dissidente muçulmano contrário ao emirato omíada de Córdova. Nessa

altura, pelo menos em termos militares e de governo, a praça-forte encontrava-se, na dependência de Beja.

Ao contrário de Lisboa, Alcácer é a base militar mais importante para o emirato. Os Banu Danis, como fiéis representantes dos omíadas, vão desenvolver esta praça forte, transformando-a na chave da defesa da costa atlântica, o Sahil do Garb.

O seu potencial não foi, pois, ignorado pelo clã, uma vez que a partir de um ponto tão declaradamente estratégico, podia reconstituir o seu poderio num período de *fitna*. E assim aconteceu, de facto, uma vez que segundo o “dikr”, Lisboa pagava imposto a Awsaga Ibn Danis de Alcácer.

Entretanto, o poder no *al-Andalus* é assumido por um sobrevivente da casa Omíada, de nome Abd al-Rahman, que consegue fugir desde a longínqua Síria até ao Norte de África, tendo depois conseguido passar para o sul de Espanha. Após ter entrado em conflito directo com os árabes e berberes já instalados, consegue-se impor por meio de conflitos armados que consegue vencer. Também pelo facto de ser um descendente da família do profeta Maomé, a sua acção governativa será tolerada pelos clãs rivais, especialmente pelos iemenitas, como por exemplo os Banu Matari, que curiosamente estavam muito bem representados no actual Alentejo e Algarve. Al-Rahman I, após assumir o poder em Córdova, torna-se independente do resto do império árabe, mas assume só o título de emir, mantendo um vínculo de respeito com os novos senhores instalados no actual Iraque.

Quanto a Alcácer, sabe-se que o clã continuará a governar Alcácer e o seu alfoz, desde a primeira “*fitna*” até ao aparecimento do Califado de Córdova por Abd-al-Rahman III. Quer isto dizer que a fortaleza desempenhou um papel essencial na construção de uma fórmula de “feudalismo”, permitindo depois uma aceitação logo que o poder central quando este se re-estruturou.

É a partir de então que Alcácer do Sal vai adquirir importância no quadro territorial do chamado *Garb Al’Andalus*, ou seja, o *Ocidente*, passando a ser conhecida no mundo islâmico com o nome de *al Qasr Abu Danis* no período califal. Sabe-se que o califa nomeia, em 930, Yahya ibn Abu Danis para governador de Alcácer e o sobrinho deste último, Abd Allah ibn Umar ibn Abu Danis, para a região costeira de Alcácer, desmembrada de Alcácer nessa altura e com sede provável no *hisn Balmala*, o actual Castelo de Palmela. Mais tarde, Alcácer é mencionada pelos cronistas, agora como uma das cidades fortificadas na área da *kura* de *Baja* (actual Beja).

O papel de Alcácer do Sal (séculos X-XI)

No âmbito dos trabalhos de investigação em curso, pensamos que terá sido o impacto dos primeiros ataques vikings ao litoral do *Garb*, onde se localiza Alcácer, que vai chamar a atenção do poder central emiral instalado em Córdova que, face à nova ameaça, procura uma resposta à altura. Essas incursões de pilhagem, que afectam tanto os reinos Cristãos do Norte peninsular como o Emirato de Córdova, irão continuar nos séculos seguintes. É, aliás, geralmente desta cidade que saem para Córdova os relatos referentes ao avistamento de barcos piratas.

Este dado também parece indicar que castelos como o de Sesimbra, Palmela ou até mesmo Santiago de Cacem jogavam um importante papel de prevenção e vigilância da costa, seguindo as directrizes de Alcácer.

Mas nesta fase, do final do século IX até meados do século X, os senhores de Alcácer eram os *Banu Danis* - e a história regista o topónimo *Qasr Abudanis* como nome da Alcácer desse período. No final do século X, porém, o clã dos *Banu Danis* são afastados do governo da cidade, talvez por pressão de *Ibn Amir al-Mansor*.

Em 997, sai de Alcácer do Sal a célebre armada califal que se juntou na cidade do Porto com as tropas que seguiram por via terrestre, e com os aliados cristãos em guerra e pilhagem pela Galiza efectua a destruição do santuário de Santiago de Compostela. As terras de Alcácer, aproveitando a navegação pelo *Wadi Satubar* (o rio de *Setúbal*, isto é o Sado) que alcançava Porto Rei a cerca de 40 km da foz, podia fazer-se valer do acesso aos pinhais abundantes do interior, que forneciam madeira para o fabrico de barcos; do mesmo modo, passaram a ficar acessíveis algumas das explorações mineiras que já eram conhecidas desde os tempos romanos, reforçando a importância económica da cidade. Junto ao rio, terá sido, inclusivamente instituído um arsenal de marinha e um estaleiro, beneficiando destas condições geográficas. As madeiras eram expedidas em tronco, que desciam o rio até Alcácer, recebendo as necessárias para as embarcações. A utilização do ferro e do cobre, que abundam no interior Alentejano, alimentavam o arsenal mas também o comércio por terra e por mar. Alcácer voltava a ser um porto com uma actividade importante e cada vez mais interessante em termos militares, o que lhe valeu, também, a renovação do seu vigor e protagonismo político, entendido em bases de compromisso estatal e regional.

O início do século XI marca, por assim dizer, o fim de um período.

Outro se inicia com a gradual decadência do poder omíada e a fragmentação do território cordobês iniciando-se o período dos reinos *taifas*. A tomada de poder pela dinastia aftássida, que se estabelece em Badajoz (1022), é concomitante à tomada mais tardia de poder pelos abádidas, que se estabelecem em Sevilha. Naturalmente, esta sucessiva fragmentação é acompanhada por um aumento da autonomização das cidades e, com estas, da organização e subordinação dos respectivos *kuwar* (o território rural). Estes movimentos que se estendem a todo o Gharb fará com que muitas cidades assumam, de novo, um estatuto regional.

Os dados arqueológicos não permitem afirmar com segurança qual a configuração da povoação durante estes anos de afirmação do Islão. Mas é quase certo que, em termos arquitectónicos, e especialmente no que respeita à arquitectura militar, os chefes locais muçulmanos tenham aproveitado parte das muralhas romanas, para instalar no cimo da colina uma fortificação bastante vasta, prevendo o seu crescimento futuro e, por isso, contendo bastantes espaços vazios no seu interior. O grande investimento inicial foi dirigido para a construção de um *hisn* do século VIII, eventualmente de forma regular, por sua vez sucessivamente remodelado e até aumentado. Mas dessa estrutura castrense mais antiga quase nada terá restado. A povoação acumulava-se, decerto, no topo da colina nos séculos VIII/IX, e mantinha um segundo núcleo na ribeira do Sado após o século X, tendência genérica que ainda hoje se verifica.

Os últimos séculos de presença islâmica em Alcácer (séculos XII-XIII)

Após a abolição oficial do Califado omíada de Córdoba em 1030, assiste-se a um enorme vazio documental em relação à região de Alcácer. É provável que dada a importância que a cidade e a sua base naval tiveram no âmbito político do Califado, na sua luta contra os interesses do califado Fatimida em Marrocos, em que era necessário um porto oceânico vocacionado para a construção naval e escoamento rápido de tropas, Alcácer se torne numa cidade autónoma à semelhança do que aconteceu com Lisboa. De facto o silêncio das fontes nesta primeira fase do Período Taifa é um bom indício nesta direcção.

Será no decurso da violenta guerra entre as Taifas de Badajoz e Sevilha que as elites alcacerenses se vêm obrigadas a optar por um dos reinos. É provável que a opção

tenha sido por Badajoz, porque assim a cidade mantinha uma série importante de privilégios económicos e administrativos, o que não aconteceria se fosse anexada por Sevilha, que lhe faria concorrência nesta esfera de actuação.

A sua posição de base militar será reforçada após a anexação do *al-Andalus* ao Emirato Almorávida. Segundo al-Idrisi, existe nesta fase uma vasta zona administrativa, de carácter militar, do tipo taghr, com sede em Alcácer que se chama *al-Qasr* e que domina um vasto território, incluindo importantes cidade como por exemplo, Évora, Badajoz e , Cáceres, Cória e Alcântara.

A estrutura defensiva de Alcácer é mantida e terá sido reforçada pelos Almorávidas no seu programa de *jihad*, a ponto de al Idrisi referir a existência de uma vasta região militar com sede em Alcácer, que se chamava *al-Qasr*. O mesmo *al Idrisi* descreve a cidade de forma sugestiva:

“Al-Qasr é uma cidade bonita, de grandeza média, banhada pelas águas do narh Sh.túb.r [rio Setúbal], grande rio que é navegado por grande numero de embarcações e navios destinados às viagens [oceânicas]. Todo o território em volta da cidade está coberta de florestas de pinheiros, donde se extrai madeira para a construção naval. A região é fértil em produção de alimentos e é abundante em leite, manteiga, mel e carne. Da cidade ao oceano são vinte milhas e a Évora, dois dias”.

O falhanço militar Almorávida frente ao avanço cristão no *al-Andalus* e a necessidade de transferir tropas para Marrocos para fazerem face ao avanço dos Almóadas fazem com que comece a existir um vazio de poder no *al-Andalus*, que depressa será assumido pelas elites andaluzas, que criam uma série de pequenos reinos, que lutam entre si, estabelecendo por vezes alianças com os reinos cristãos.

Mas as investidas cristãs faziam os seus estragos e o território sob domínio islâmico - sempre mais orgânico do que “estatal”- vai-se contraíndo, mesmo no período de mais dura resistência durante a dinastia almorávida. No ano em que é conferido foral a Coimbra (1111) o poder dos cristãos no Norte do país encontra-se tendencialmente unificado sob o senhorio do Conde D. Henrique de Borgonha. O avanço dos cristãos, animados por motivos religiosos é inexorável. Por reacção, nasce nesta altura o movimento almóada e a situação de guerra permanente instala-se, do que se resguarda apenas a parte meridional –hoje o Algarve. Já as tropas comandadas pelo filho de Henrique, o temível Ibn Erik (Henriques) das crónicas árabes, futuro Afonso I de Portugal, fazem as suas razias. A conquista de Santarém de Lisboa que se dá em 1147, os cristãos tentam apoderar-se de todos os grandes centros islâmicos e a radicalização

da guerra é desfavorável para os muçulmanos. Em 1165 Évora é conquistada. Em 1179 é reconhecida a independência de Portugal, que se constitui como estado e organiza os seus exércitos, a reacção almóada é pontual, atingindo o seu climax em 1190.

Alcácer do Sal encontra-se, após a conquista das cidades de Santarém e Lisboa, em zona de fronteira; de fronteira entre os territórios árabes a Sul, e os territórios cristãos a Norte. Afonso Henriques terá, por volta de 1147/1148, conquistado Almada (*almadan*), mas não prossegue o seu avanço. É nesta fase algo confusa em termos de evolução histórica que Alcácer aparece como um reino taifa independente, sob o comando de Ali al-Wahibi. Este chefe militar oriundo de Tavira tinha sido convidado pela elite alcacerense, porque era aliado de D. Afonso Henriques. Tinha uma frota naval e não tinha raízes familiares na região e cidade de Alcácer. Contudo pouco depois será assassinado em *al-Qasr* e tal facto faz com que os portugueses conquistem a cidade em 1160.

Esta primeira presença cristã, de que infelizmente não existem vestígios arqueológicos, irá durar 30 anos até à conquista Almóada de 1191, pelo califa ya'qub al Mansor.

Ora, apesar da presença almóada ter durado apenas 26 anos, é desta fase que temos o maior conjunto de documentação arqueológica da fase islâmica da cidade. É assim provável que o aspecto actual do recinto amuralhado, ou do que dele resta, tenha resultado de obras efectuadas por ordem do califa almóada. A estabilidade militar alcançada, levando os cristãos a recuar para Norte, permitiram, decerto, a reformulação da fortaleza ou do *hisn* árabe mais antigo, numa postura clara de propaganda régia do novo poder califal. Al Qasr aumenta em importância estratégica e transforma-se numa *madina-ribat*, isto é, numa cidade amuralhada com uma guarnição activa, capaz de guiar a *jihad* ou Guerra Santa. O nome da cidade ganha um novo título: a de *Al Qasr al-Fath*, que quer dizer, Alcácer da Vitória. Pelos elementos actualmente disponíveis, podemos mesmo afirmar que é na fase almóada que Alcácer alcança uma considerável projecção militar e económica. A sua posição como cidade atlântica mais a Norte do califado almóada permitia-lhe dominar o último trecho navegável do rio Sado. Para mais, servia de abrigo calmíssimo e seguro a uma quantidade impressionante de barcos que demandavam a costa e que acediam à produção cerealífera das suas lezírias.. Um bairro ribeirinho acolhia os pescadores e comerciantes, enquanto que no topo do monte se situava a fortaleza e casais agrícolas. No território a Norte existiam várias atalaias

De outras edificações quase nada restou a não ser vestígios lapidares. Assinale-se, todavia, dois capitéis de mármore branco atribuídos ao período emiral (séculos IX-X), que se encontram conservados no Museu Municipal Pedro Nunes. O capitel maior, com dimensão generosa (39,5 cm de altura por 50 cm de diâmetro maior) possui uma decoração antiquizante de ordem coríntia, de dois andares em folhas, com os caules e as nervuras marcados em relevo “de goiva”. Cada face do capitel é encimada por um motivo em concha. Pela sua morfologia distancia-se dos capitéis de mármore branco. O de tambor estreito de tradição árabe; pelo contrário, o cesto mantém as proporções clássicas e o tipo de ornamentação apontando para a tradição moçárabe. Não é, por isso, de afastar a hipótese dos capitéis, poderem ter feito parte de um templo cristão construído sob domínio árabe, ou de uma versão mais antiga da Igreja de Santa Maria do Castelo, o que é provável.

Dir-se-ia que, face à cosmopolita e povoada Lisboa, Alcácer do Sal desempenhava a Sul, um papel simétrico ao da cidade de Santarém, a Norte. Não surpreende portanto que os portugueses tenham assumido a conquista desta cidade como uma das prioridades da sua campanha militar.

Alcácer :Alcácer do Sal medieval e cristã

A evolução histórica da presença portuguesa em Alcácer, é um reflexo claro da extrema complexidade que revestiu a conquista desta praça militar entre os finais do século XII e inícios do século XIII.

Não bastava conquistar uma cidade, com uma situação estratégica importante e possuidora de um vasto território detentor de importantes recursos. Era fundamental mantê-la operacional, de forma a articular esta base militar com uma rede mais ampla para a defesa do Reino de Portugal perante a ameaça islâmica.

A presença cristã foi marcada por uma primeira fase que se inicia com a primeira conquista em 1160 e termina em 1191. Os cerca de 30 anos de duração desta etapa deixou um rasto quase invisível da sua presença em termos de documentação arqueológica,

Para uma correcta avaliação desta conquista, importa reflectir que tipo de Medina foi conquistada e que documentação arqueológica ficou que nos possa elucidar dessa presença. Ora, até recentemente, a grande maioria dos investigadores do século que se têm referido a esta primeira conquista portuguesa, costumam fazê-lo tendo por base as fontes históricas cristãs, ignorando as fontes islâmicas. No entanto, se procedermos a um estudo combinado de ambas as fontes, as conclusões retiradas são diferentes e mais esclarecedoras.

A Região de Alcácer em finais do século XII⁷.

A conquista de Lisboa em 1147 por D Afonso Henriques, decorre num quadro muçulmano peninsular bastante confuso e dramático. O poder central Almorávida face à pressão militar da revolta Almóada no Norte de Africa é obrigado a tomar medidas económicas impopulares e a retirar tropas do *al-Andalus*, até então vitais, para conterem o avanço dos reinos cristãos peninsulares.

Face ao esvaziamento do poder Almorávida, assiste-se ao eclodir de correntes reformadoras que tomam expressão de revolta militar no *Garb al-Andalus*. É neste

enquadramento complexo que surge Ibn Wazir, governador Almorávida instalado em Évora que dá o seu apoio a Ibn Qasi, tornando-se politicamente independente do poder central Almorávida. Depressa anexa Beja e dá coesão política e administrativa a um vasto território que, nesta fase, incluía Alcácer.

Segundo algumas fontes muçulmanas, Ibn Wazir estabelece uma aliança com D. Afonso Henriques e será esse facto que lhe impede de fornecer auxílio à população muçulmana de Lisboa. Apesar da lacuna das fontes disponíveis, a análise dos comportamentos das elites islâmicas em relação ao poder existente em cada região e à sua expressão tendo em conta quem o assume, se é legítimo em relação à *humma*, permite traçar um quadro evolutivo coerente. É nesta perspectiva de comportamentos e tendo como base algumas referências documentais que se pode considerar hoje como possível, a existência de uma autonomia de Alcácer como reino Taifa, independente do poder de Ibn Wazir, precisamente numa fase em que o poder deste líder regional é atacado de várias formas.

Refira-se, a este propósito, o convite que a elite alcacerense fez a *Ali al-Wahibi*, chefe militar em Tavira, para que este se torne no soberano da cidade. Os alcacerenses sabiam que Ali Wahibi era aliado de D. Afonso Henriques e esse facto permitia-lhe aliviar a pressão portuguesa sobre este território. Para o primeiro rei português a presença deste aliado muçulmano a sul de Lisboa, permitia-lhe o ingresso precioso de receitas monetárias e permitia uma segurança militar na fronteira sul, afastando um embate directo com o poder Almóada que entretanto lutava no *al-Andalus* contra os reinos peninsulares e ia anexando os vários reinos de Taifas.

Será provavelmente o pagamento excessivo de imposto ao rei português que faz com que ecluda uma revolta militar em Alcácer e Ali Wahibi seja assassinado em finais de 1159 ou inícios de 1160, e poderá ser esta a conjuntura que permite o avanço cristão e, por fim, a conquista portuguesa de Alcácer em 1160, com o apoio de cruzados que fazem escala em Lisboa.

Tendo como base as fontes portuguesas que referem as conquistas dos castelos da região da Arrábida em 1165, é de crer que Alcácer, após ter sido conquistada em 1160, tenha permanecido como enclave cristão em espaço islâmico. Todavia, esta situação político-militar não se manteve por muito tempo. A recuperação islâmica acontece em 1191 por ordem do Califa almóada Ya'qub al-Mansor. Ao contrário de muitos autores que tendem a diminuir a importância da Medina de Alcácer em contexto almóada, a documentação arqueológica exumada dentro do castelo tem vindo a

demonstrar a existência de uma importante praça militar e naval que, com êxito, conseguiu travar o avanço português para sul, graças a um sistema eficiente e coerente de defesa do seu território no estuário e zona da Palha.

Desde muito cedo, portanto, o poder militar português compreendeu que a conquista desta cidade só seria possível através da combinação de forças terrestres com as navais, à semelhança do que tinha acontecido com o poder almóada e com o que efectivamente virá a acontecer com a recuperação cristã.

A conquista foi, finalmente, efectuada em 1217, contando com a colaboração de cerca de metade dos efectivos da V Cruzada que se dirigia para o Oriente, constituindo, aliás, esta praça-forte, a única que após esta campanha se manteve em poder cristão.

Alcácer após a conquista cristã de 1217

A conquista de *al-Qasr al-Fath*/Alcácer foi um feito de enorme importância na sua época a ponto de os cruzados que participaram nesse feito terem pedido dispensa papal para rumarem para o Oriente. O Papa reconhece e valoriza o feito mas reitera que a missão dos cruzados é na Palestina e não na Hispânia. Concede, somente, alguns meses de moratória de maneira a que os cruzados possam dar o seu contributo para a reparação do sistema amuralhado de Alcácer.

Trabalhos arqueológicos na encosta norte do castelo, efectuados no âmbito de obras de consolidação, permitiram aos arqueólogos descobrir que a barbacã não foi recuperada na sua totalidade, tendo sido objecto de uma pequena terraplanagem. Na zona intervencionada foi encontrado um esqueleto enterrado segundo o rito islâmico.

Este facto permite sugerir uma alteração na estratégia defensiva da cidade, e indicia a provável escassez de recursos necessários para uma recuperação total do sistema defensivo almóada. Tal facto parece ser visível na provável desactivação da couraça almóada, como parecem sugerir os trabalhos arqueológicos.

O facto é que parece ter-se estabilizado uma zona fronteira a sul de Alcácer que será mantida durante duas décadas e que suspende o avanço português.

A tudo isto não será estranha, logo após a conquista de 1217, a decisão de instalar a sede da Ordem de Santiago em Portugal na alcáçova do castelo de Alcácer. Não obstante, em termos de documentação arqueológica, verificamos uma presença pouco significativa de cerâmicas do século XIII dentro do castelo.

A Ordem de Santiago foi criada à imagem e semelhança da Ordens militares-religiosas do Templo ou Templários, e de S. João de Jerusalém ou Hospitalários. Criada num período de forte assédio cristão às posições islâmicas, a sua formação deve-se à iniciativa de nobres cavaleiros que, comandados por D. Pedro Fernandez, instituíram em 1170 a confraria a partir de Cáceres, ficando logo então conhecidos como *Fratres de Cáceres*. Uma vez que o seu intuito era a cruzada contra os infiéis, passaram a ser enquadrados pelo arcebispado de Santiago de Compostela, adoptando como patrono Santiago. No entanto, o seu escopo territorial era exclusivamente ibérico, ou seja, apesar de tentativas nesse sentido, não estenderam as suas acções à Terra Santa.

Em 1172, sabe-se documentalmente que se encontravam em Portugal e iniciaram a sua participação em campanhas militares decisivas de conquista territorial. A sua acção, de apoio à coroa portuguesa foi fundamental na expansão para Sul do Tejo, onde iriam receber a maior parte das suas terras e o governo dos mais importantes castelos. Estabelecidos com um convento em Lisboa, em Santos-o-Novo, logo em 1194 ou pouco depois, o seu protagonismo foi grande, mas não isento de conflitos uma vez que o mestrado da Ordem se encontrava sediado em Castela. Na primeira dinastia, foram várias as divergências que se fizeram sentir entre a coroa portuguesas e os cavaleiros de Santiago – ou pelo menos, com a “cabeça” da Ordem, especialmente durante o século XIII. A coroa mantinha a Ordem sob forte dependência e a eleição dos mestres portugueses era precedida da aprovação real. A riqueza da Ordem de Santiago obrigava a coroa a controlar a congregação, impedindo o excesso de poder feudal. O rei D. Dinis decidiu, por fim, nacionalizar a Ordem de Santiago, o que foi reconhecido pelo Papa Nicolau IV em 1288, tendo o papado recuado mais tarde, sob Celestino V, tornando a colocar a ordem sob comando castelhano. Mas a cisão dá-se, definitivamente, em 1314, quando os cavaleiros portugueses elegem D. Lourenço Eanes, mercê do apoio do monarca. Por longo tempo se arrastou a discussão em torno da constituição nacional da ordem e questão só se veio a resolver em 1452.

Alcácer foi, durante uma boa parte da Baixa Idade Média o estabelecimento mais importante dos cavaleiros de Santiago, apesar de contar já nos seus activos o então *hisn* de Palmela, reconquistado em 1194. Envolvidos na reconquista de Alcácer em 1217, receberam a fortaleza e as respectivas terras. A estas juntaram os castelos de Almada (1218), Sesimbra e Mértola (1239), além de Aljafar de Pena e Ayamonte, actualmente em território espanhol. Alcácer será de resto a sede da Ordem a partir de 1217 e 1442, com um interregno pouco claro entre 1239 e 1284, altura em que Mértola

assume a componente militar dos santiagoueses. Em 1442, a sede é definitivamente transferida para Palmela, por vontade régia de D. João II. Esse facto contribuiu para uma acentuada perda acentuada da importância da cidade no seu espaço regional, levando nos séculos seguintes a um declínio a favor de Setúbal, numa sequência de consequências de ordem social, demográfica, administrativa e económica que perdurou no tempo.

Por isso, o registo arqueológico de Alcácer ganha mais expressão nos séculos XIV/XV. Pese embora a transferência do ramo militar da Ordem para Mértola durante parte da centúria de duzentos, mas não a da sua sede, a milícia de Santiago foi sempre uma presença importante nesta cidade e deixou uma marca que ainda hoje é visível. Decerto que a condição militar de território “de extrema” ou “de fronteira” pesou seriamente nas escolhas de implantação dos efectivos da Ordem.

A arquitectura castrense de Alcácer o Sal, apesar de muito arruinada e, em alguns troços, profundamente adulterada, revela alguns sinais dos antecedentes muçulmanos do século XII, mesmo tendo em conta as obras de reconstrução levadas a cabo após a segunda conquista cristã de 1217 e a partir do reinado de Afonso II, especialmente com o estabelecimento e manutenção da sede da Ordem de Santiago. Efectivamente, os troços da fortaleza almóada encontravam-se, decerto, parcialmente utilizáveis, o mesmo acontecendo com a residência do alcaide muçulmano. É decerto com base no traçado islâmico que os cruzados empreendem as reparações logo após a reconquista.

Refira-se que imediatamente antes da conquista cristã, no período almóada, se verifica a consolidação de um conjunto de inovações no campo da arquitectura militar. De facto, os objectivos almóadas assentavam numa política agressiva de ocupação militar, com as consequentes exigências de fortificação. Daqui decorre uma campanha de trabalhos de construção de castelos ou de remodelação dos já existentes, com a aplicação de dispositivos já experimentados em outras fortalezas. Entre os sistemas adoptados de forma quase sistemática pelos almóadas conta-se a utilização da chamada “taipa militar”, a edificação de torres albarrãs e de torres poligonais, bem como a remodelação de residências das alcáçovas, as quais, apesar das directivas de austeridade do movimento, eram melhoradas e até reformuladas em extensão, uma vez que constituíam, quase sempre, um bom artifício retórico na exibição do poder dos novos

senhores. Entretanto, as fortalezas de defesa costeira ou fluvial foram prioritariamente intervencionadas, contando-se entres estas, naturalmente, Alcácer, mas também Faro, Tavira, Loulé, Salir, Albufeira, Lagos, Mértola e mesmo Paderne. O sistema de atalaias era fundamental para o cumprimento dos objectivos militares almóadas e, só na zona de Alcácer e na Península de Setúbal, sabe-se hoje, através de achados arqueológicos e da análise toponímica, que se instalou uma rede de atalaias, sendo provável que tivessem existido no Creiro (Arrábida), Atalaia (Serra de Grândola), Penha (entre Alcácer e Santiago do Cacém), S. Lourenço, Serra da Palma, Serrinha, Arrábida, Marateca, Serra da Maceira e Serra das Alcáçovas. Todos estes lugares eram visíveis de Alcácer, e alguns deles permitiam uma boa triangulação visual com as praças fortificadas de Balmala (Palmela) e Cacém. Trata-se de locais de vigia do mar costeiro, bem entendido, mas também da baía de Setúbal e do próprio rio Sado. Foi, inclusivamente, identificado no Torrão um *ribat/musala* deste período.

O circuito amuralhado de Alcácer, com dois troços que circundam a colina a Norte e a Sul, e que constituía, na realidade, a cerca envolvente da povoação, passará a integrar provavelmente entre o século XII e XIII, as trinta torres de defensivas de que nos falam cronistas e historiadores, uma boa parte das quais desaparecidas ou muito arruinadas. Quase todas elas possuem planta quadrangular.

Uma destas torres, virada a Sul e situada na encosta declivosa que deita para o rio, é de incontestável factura islâmica. Encontra-se ligeiramente separada da cerca, e é em taipa “militar”. Percebem-se nitidamente as marcas dos taipais que condicionavam, moldavam e armavam a taipa ou a terra apisoada utilizada na edificação. Apresenta, também, um dos traços característicos das edificações militares muçulmanas do século XII a XIII, quando se utilizava a taipa: estreitas bandas paralelas e perpendiculares, pintadas a cal, imitam o desenho de grandes silhares, de modo a simularem uma construção poderosa, de pedra aparelhada. Por se encontrar separada da muralha, poderá ter constituído uma torre albarrã, no que é mais um traço de identidade islâmica da fortaleza anterior à remodelação cristã, mas aproveitado por esta.

Outras torres parecem resultar de obras do período almóada. Uma delas, no pano virado para Nordeste, oferece-nos um esquema construtivo que é, também, de ascendência islâmica: trata-se da Torre do Algipe (o que estará por *aljibe* ou cisterna), de planta quadrangular, embora reforçada na base por taludes ou, se se preferir, por quatro espessamentos que funcionam como alambor. O pano de muralhas virado a Sul encontra-se muito erodido e dele, praticamente, só resta a parte mais baixa e os ressaltos

das torres que acompanhavam o perímetro da cerca, salientando-se, já no alinhamento sudoeste, a torre do relógio, reformulada já no século XVII.

As torres de muralha que foram restauradas são coroadas por ameias. Este sistema de protecção e preparação do adarve ou caminho de ronda, deve ter-se generalizado a toda a cerca da fortificação, embora hoje, na maior parte do seu perímetro tenham desaparecido.. Os restauros efectuados durante os anos 70 privilegiaram a reconstrução, depois de campanhas mais agressivas levadas a cabo durante as décadas de 50 e 60 em que se operou, mesmo, à demolição de troços de muralha em taipa que ameaçavam ruína. Os restauros mais recentes procederam à reconfiguração das torres através do preenchimento de lacunas, quer com taipa, quer com pedra aplicada de modo a que o seu encasquilhamento imitasse taipa, quer ainda através de cintagens de betão. O resultado obtido nem sempre é conseguido, pese embora o reperfilamento e a reposição do recorte em determinados trechos.

Ainda hoje - ou sobretudo hoje - , a face mais visível e monumental do conjunto é a que se encontra virada para poente. É também a que encima um dos maiores e mais conspícuos declives da grande colina onde assenta o castelo. Deste lado, duas torres simétricas, esguias e coroadas por ameias, enquadram uma fachada composta por um grande arco de volta perfeita, com um vão reentrante. Sobre o arco rasgam-se sete janelas estreitas em arco, com outras duas janelas sobre esta fiada. Esta composição, pese embora as remodelações sofridas ao longo do tempo, e a anexação deste segmento das muralhas pelo convento, lembram certas fachadas monumentais das entradas principais de recintos fortificados do período almóada (como por exemplo, o Bab Agraw (Marrakesh) ou a Bab al-Wudayya (Ribat al-Fath / Rabat), embora a de Alcácer não possua já no piso térreo, qualquer porta militar operacional, fruto de um eventual entaipamento, ou de uma provável obra de propaganda ao gosto de Yakub al-Mansor, sem porta de acesso interior.

No entanto, há que dar conta que esta parte das muralhas era a que recebeu, a elas encostada, o palácio do período almóada e, depois, a residência da sede da Ordem de Santiago, que a aproveitou e remodelou. É de facto provável que, quer a residência do *caid*, quer posteriormente a residência do freires, tenha sido assente no quadrilátero defensivo do período islâmico que, hipoteticamente, existiu entre os séculos IX-X, o *hisn* de Al Qasr.

O convento, por sua vez, parece instalar-se, séculos mais tarde, no casco que sobreviveu desta construção, continuando a ocupar, na área do castelo, a mesma área

construída em altura que viria já dos tempos medievais, presumivelmente dos séculos XII a XIII. A perda de importância militar de Alcácer logo a partir do século XIV, acentuada com a deslocação da sede da Ordem de Santiago para Palmela, levou à gradual desafecção desta residência.

Hoje em dia, com os trabalhos de restauro do convento e de reutilização do mesmo como pousada, surge-nos um conjunto de volumes relativamente impositivos no recorte da paisagem de Alcácer, que recordam, e de algum modo recriam, a aparência decerto maciça desse *hisn* e da residência almóada que lhe sucedeu.

O Convento de Nossa Senhora de Araceli

O período Moderno e Contemporâneo na área do Castelo de Alcácer do Sal foi marcado, fundamentalmente, pela presença das freiras Clarissas e do respectivo Convento. Destinado às freiras da Ordem de Santa Clara de Assis, este edifício religioso foi fundado no reinado de D. Sebastião, durante a segunda metade do século XVI (1573), por iniciativa de Rui Salema, fidalgo da casa de D. Luís, duque de Beja e filho do rei D. Manuel I. Na sua construção foi aproveitado e profundamente remodelado o anterior edifício aí existente, a fortaleza da Ordem de Santiago da Espada, como se percebeu já.

As freiras que aqui passaram a viver provinham do Convento de Santa Clara de Évora. O espaço conventual de Alcácer viria a ser utilizado pelas irmãs durante mais de trezentos anos. De acordo com as actividades tradicionais desta Ordem, também aqui as Clarissas praticavam acções ligadas à educação de meninas e jovens raparigas, ensinando leitura, escrita, canto, artes domésticas e catequese.

Verifica-se, através dos achados arqueológicos, que a premissa de pobreza, característica da ordem, não era integralmente cumprida, o que acontece noutros espaços de clausura da ordem, entretanto municiados por esmolas generosas, uma vez que muitos deles, admitiam as filhas de famílias mais destacadas ao nível social.

Muitos dos artefactos encontrados nas escavações aqui efectuadas denotam escolhas de algum requinte e um amaciamento dos hábitos conventuais, facto

especialmente testemunhável durante os séculos XVI a XIX, encontrando-se entre eles vestígios de faiança e até calçado de origem parisiense.

Foram entretanto escavadas diversas sepulturas de freiras na área do Convento. Encontraram-se, no total, 59 esqueletos. Foi possível confirmar o sexo feminino e realizar a estimativa da idade, por altura da morte, em 45 destes esqueletos. As idades variam entre os 13 e os 70 anos, sendo mais frequentes os indivíduos adultos de meia-idade. Estas freiras apresentavam uma altura que em média rondava os 155 cm, eram pouco robustas, não se identificando sinais de grandes esforços físicos. No entanto, reconheceram-se alguns vestígios traumáticos nos joelhos, eventualmente relacionados com a posição de oração e do ajoelamento. Teriam uma dieta pouco abrasiva e rica em hidratos de carbono.

Sabe-se, também, que um dos meios de rendimento das freiras Clarissas deste convento era a tradicional confecção de doces. Subsiste, aliás, na memória popular do povo alcacerense a fama da doçaria produzida pelas freiras, de que são exemplo os doces conventuais ainda hoje localmente confeccionados.

Perante a necessidade de restabelecer os cofres do Estado, D. Pedro IV decretou a extinção das ordens religiosas (1834) e os seus bens foram nacionalizados e incorporados na Fazenda Pública e alienados.

. No entanto, não foi imposto às irmãs o abandono total dos espaços monásticos, sendo-lhes permitida a permanência nos conventos até à morte. Neste convento a última freira terá morrido no princípio do século XX. O facto é que, em função do decreto, muitos destes edifícios religiosos foram caindo no abandono. A mão-de-obra e os financiamentos para a sua manutenção cessaram ou foram conduzidos para outros sectores, uma vez que conventos e mosteiros sobreviviam de dotes, doações e esmolas. Assim, deu-se um processo de gradual deterioração que, em muitos casos conduziu à ruína. O Convento de Nossa Senhora de *Araceli* foi-se degradando progressivamente ao longo do século XX, chegando a um estado de ruína muito acentuado. O edifício conventual e a própria igreja perdeu todo o seu recheio.

Os trabalhos de restauro dos anos 50 a 70 do século XX foram esparsos. A igreja foi objecto de uma campanha de consolidação da cobertura, por volta de 1969-1970. O reforço da estrutura permitiu, porém, a manutenção das paredes mestras do templo através do seu recalçamento e da introdução de cintas de betão. O claustro, igualmente

arruinado, recebeu uma estrutura pré-esforçada para a cobertura das suas quatro alas. As obras visaram, tão só, a manutenção do edifício mas não um trabalho de restauro e recuperação. Somente a campanha de trabalhos destinados à reutilização do casco sobrevivente deste edifício como Pousada do Estado (ENATUR) permitiu resgatar do esquecimento a grande ruína.

De facto, a escala do conjunto conventual é assinalável. Constituía, decerto, um dos mais destacados conventos de clarissas da paisagem meridional portuguesa. Pese embora a inexistência de primores arquitectónicos, era assinalável a sua grandeza, de acordo, de resto, com o modo arquitectónico característico do período que sebastico, que esteve na origem do estaleiro. A proporção do conjunto, pelo menos em área, beneficiou das pré-existências residenciais, muçulmanas, mas sobretudo góticas (ainda se conserva um arco quebrado no interior da pousada), mas sofreu uma ampliação drástica tendo em conta as determinações de uma construção de teor conventual.

A decisão em transformar os restos do convento em pousada remontam a 1986, altura em que se inicia uma campanha que visou, através de acessos a fundos da então Comunidade Europeia, proceder à recuperação de edifícios históricos significativos e de tipologia quase sempre monástica e conventual através da sua afectação à actividade turística. Este autêntico “ciclo das Pousadas”, como deve ser entendido no quadro da política patrimonial portuguesa, permitiu desta feita dar resposta programáticas – isto é, definindo um programa de reutilização- à degradação de alguns monumentos de primeira categoria.

O projecto da recuperação, transformação e adaptação do Convento de Ara Coeliu a pousada foi atribuído ao atelier do Arq.º Diogo Lino Pimentel (Atelir Canon). O partido adoptado, do ponto de vista funcional, foi o de repor, tanto quanto possível em condições de uso para finalidades de hotelaria, as dependências antigas do convento. Desta feita, foi restaurado o claustro e algumas das salas adjacentes, entre as quais a Cozinha, o Refeitório e a Sala do Capítulo, entretanto integrados no esquema funcional da pousada. No entanto, tendo ainda em conta as exigências da exploração hoteleira, foi necessário ampliar a área coberta e proporcionar a construção de uma “obra nova”, pouco agressiva em termos de linguagem e bem assimilada em termos de volumetria, embora neo-moderna nos seus contornos, assumindo o corte epocal entre a pré-exist~encia quinhentista e seiscentista e o empreendimento contemporâneo do século XX, de acordo com as directivas da Carta de Veneza. O perfil do monumento pouco se

alterou, de facto. Após a instalação da pousada e a construção/reconstrução das componentes conventuais, procedeu-se à reposição da grande densidade da área construída, que passou a ser percebida pelos visitantes sobretudo em termos paisagísticos, o que se ficou a dever, em grande medida, à retoma e efectivo preenchimento das volumetrias antigas, enunciadas em muitos pontos do - quase que desaparecido - perfil do castelo, tal era o estado de degradação em que se encontrava. Algumas vozes discordantes que se fizeram ouvir ignoraram este facto, uma vez que a memória activa do que estava construída já se havia afeiçoado à imagem arruinada e, mais do que arruinada, de condenação desta estrutura.

Deste modo, a transformação e reutilização do espaço claustral como rótula que conduz aos restantes aposentos da pousada, nomeadamente a novos quartos de hóspedes, permitiu fazer reviver a imagem do antigo convento, que assim se nos apresenta, hoje, definitivamente recuperado. Em 1987 preparavam-se os trabalhos de investigação arqueológica prévios à intervenção, que continuaram durante o decurso da década de 90, numa campanha extensa e difícil, que provocou, justamente, uma demora na finalização da obra. Se no projecto já se procurava respeitar uma imagem que permitisse uma leitura dos diferentes módulos e épocas construtivas do monumento, agora outro aspecto passou a ser tido em linha de conta pela equipa projectista: haveria que revelar as estruturas que as escavações arqueológicas haviam descoberto. O processo adoptado, já acima descrito, foi a inclusão de um subterrâneo, sobre o qual ficou suspenso a quadra central do claustro, ladeado por galerias. A entrada nesta “cripta arqueológica” passou a fazer-se pelo corpo paralelipipédico saliente, direccionado para Norte, que correspondia aos dormitórios das freiras. As obras da pousada propriamente dita iniciaram-se em 1995. A inauguração ocorreu em 1999.

A igreja foi recuperada, mas não sagrada. Hoje é uma caixa vazia que, no entanto, e por este facto, acentua a monumentalidade do edifício de forma peremptória. É uma peça relativamente anónima, mas inscreve-se de forma evidente na tradição da chamada “arquitECTURA chã” portuguesa, característica do segundo terço do século XVI e inícios do século XVII. Este modo arquitectónico afirma-se pela simplicidade estrutural, pela adopção de panos de parede lisos, pela contenção decorativa ou, como se costuma dizer, desornamentada, pelos volumes bem proporcionados e demarcados e pela utilização de fenestração obedecendo a uma geometria extremamente racional. Austera,

é também uma forma pragmática de construção, que através da simplicidade, não descarta a escala e a dimensão e, logo, a monumentalidade mais contida do que retórica.

Neste caso, como acontece na maioria dos conventos femininos, a fachada lateral assume o protagonismo principal. Trata-se da fachada que fica virada para Norte, para o lado do rio. É marcada por cinco tramos, divididos por contrafortes de secção rectangular, interrompidos por uma cornija situada no registo superior, que dá lugar, daí para baixo, a um pano liso. Salienta-se, logo a seguir, o volume da capela-mor, da mesma altura que o volume da nave, com uma janela rectangular em cada face, encimada por uma cúpula com um pequeno lanternim. O telhado da nave é de duas águas. A entrada lateral – que permite o acesso a chamada “igreja de fora”, dedicada aos fregueses laicos -, é marcada pela portada monumental, reelaboração da porta original, com pilastras nas ombreiras suportando um arco segmentar encimado por um entablamento de modenatura toscana com um arco cego, com tímpano, ladeado por dois pináculos e coroado por uma cruz latina em relevo. Os volumes são, pelo exterior, marcados ainda pelo mirante, típicos das construções conventuais femininas, situado no extremo poente da igreja, sobre o coro.

O interior, composto por nave única, define as duas áreas principais: um duplo coro – ou “igreja de dentro” - de onde as freiras assistiam ao ofício divino em clausura, com acesso pelo dormitório; e a já referida “igreja de fora”, para os leigos. A simplicidade impera. O claustro é de dois pisos, com o inferior rasgado por arcos de volta perfeita assentes em pilastras de pedra quadrangulares, e o superior com janelas de sacada com arco segmentar.

A invocação do templo a Nossa Senhora de Aracaeli, ou seja, a Nossa Senhora do Altar do Céu, consiste numa referência directa a uma das litánias da Virgem, o que está de acordo com a piedade católica do século XVI. Mas parece também - e decerto é - , um reflexo, aliás conhecido entre as elites cultas cristãs, da implantação do novo templo e do convento ocorrer num local que fora, reconhecidamente, outrora, um lugar pagão ou, pelo menos, “infiel”, tendo em conta os antecedentes islâmicos. A invocação ao “altar do céu”, na esteira da invocação de um dos mais celebrados templos do mundo católico, a igreja de Ara Coeli, em Roma (ao lado e, parcialmente, instalada sobre o Capitólio romano da cidade) corresponde, assim e também, a uma cristianização do lugar.

Cronologia (800 a.C.1248 d.C.)

3000-2500 a.C. – Provável povoamento neolítico e calcolítico da colina de Alcácer

800 a.C.-500 a.C. – Povoado da Idade do Ferro. Na colina de Alcácer desenvolve-se a povoação cujo nome provável é *Beuipo*

500 a.C.-200 a.C. – Provável estabelecimento de colonos fenícios; produtos provenientes dos mercados púnicos e gregos. Estruturação do povoado.

100 a.C. (cerca de) – Provável emissão de moeda local

150 a.C.-50 d.C. – Início do processo de romanização no Ocidente da Península

100 a.C. – 100 d.C. – Romanização do povoado. Urbanização. O povoado passa a chamar-se *Salacia*

100 - 350 – *Salacia*

350 – 600 – Decadência da *civitas* de Salacia. Reforço da componente rural e declínio do comércio marítimo

622 – Saída de Maomé de Meca. Início da Hégira (calendário islâmico)

711-755 - Ocupação e Conquista islâmica

711 – Início da campanha de Tariq na Península Ibérica: primeiras conquistas muçulmanas

741 – Revolta berbere no *Gharb Al Andalus*

756-929 – Califado Independente, rival do Fatimida e do Abássida

756 – Início do Emirado Omíada com sede em Córdova (Abd-al-Rahman I)

763-766 – Revolta dos abássidas em *Baja* (Beja); a revolta estende-se pelo Gharb

843 – Investidas normandas no Gharb (Lisboa, Beja, Algarve, Sevilha)

875-876 - Mas'ud b. Abu Danis refugia-se com o seu clã em *al Qasr*; Alcácer passa a ser conhecida com *al Qasr Abu Danis*

889-890 – Hermenegildo Guterres conquista Coimbra

912 – Abd al-Rahman III assume o poder

926 - Abd al-Rahman III unifica o Gharb e proclama-se califa; califado de Córdova

930 – O califa nomeia Yahya ibn Abu Danis governador de *al Qasr*

929-1031 – Emirato Independente

961 – Al Hakam II assume o poder

966 – Ataque normando ao litoral atlântico peninsular

987 – Al Mansur conquista Coimbra, Leon e Zamora

Final do século X – O clã dos Abu Danis é afastado do governo de *al Qasr*

997 – Frota islâmica ataca Santiago de Compostela. A expedição foi preparada em Alcácer do Sal

1009 – Revolta em Córdova

1013 – Surgem os reinos taifas

1022 – Badajoz torna-se a sede do poder da dinastia berbere dos Aftássidas

1022-1023 – Começa o governo abádida de Sevilha

1029 – Termina o califado omíada de Córdova

1031-1095 – Emirato Independente

1056 – Fernando I de Castela conquista Badajoz, Lamego e Viseu

1039 – Os abádidas conquistam Lisboa e Mértola

1070 – Início das conquistas almorávidas

1073-1079 – Desenvolve-se o estaleiro de Alcácer do Sal

1093-1095 – Fim da taifa de Badajoz. Almorávidas conquistam Lisboa

1102-1142 – Período Almorávida

1143 – Afonso Henriques reconhecido rei dos portugueses

1147 – Afonso Henriques conquista Santarém e Lisboa

1151-1228 – Período Almóada

1151 – Tentativa de conquista de Alcácer do Sal pelos cristãos

1154 - Alcácer torna-se um reino taifa independente, sob o comando de Ali al-Wahibi.

1160 – Ali al-Wahibi é assassinado; conquista cristã de Alcácer;

1179 – Ataque islâmico a Lisboa

1184 – Início da expansão almóada no Gharb, reconquista islâmica do Sul de Portugal. Primeira referência ao Torrão (*hisn turrus*) que aparece no texto de Ibn Idari (al-Bayan).

1189-1191 – Ataques almóadas a Silves, Torres Novas, Tomar, Almada, Alcácer, Palmela

1191 – Alcácer é conquistada para o Islão pelo Almóadas

1195 – Vitória almóada de Alarcos

Final do século XII – Regista-se para Alcácer o nome de *Al Qasr al-Fath*, Reformas arquitectónicas Almóadas no palácio da alcáçova e nas muralhas da cidade

1211 – Reinado de Afonso II

1212 – Batalha de Navas de Tolosa. Queda dos almóadas no Gharb

1217 – Conquista cristã de Alcácer do Sal

1223 – Reinado de Sancho II

1230-1234 – Conquista cristã de Mérida, Badajoz, Juromenha, Serpa, Moura, Beja e Aljustrel

1236-1237 – Conquista de Córdova

1238-1242 – Conquista de Mértola, Cacela, , Tavira, Alvor e Paderne
1249 – Afonso III conquista Faro. Fim da islamização no Gharb Al Andalus. Primeira referência documental a Santa Catarina de Sítimos (Setimus) e também a Alberge (Vale de Reis).
1250 – Primeira referência documental a Palma

Glossário

Abádidas: dinastia com sede em Sevilha; dominou o sudoeste do *Gharb Al-Andalus* entre 1023-1090 d.c.

Abássida: segunda dinastia dos califas do Islão, com sede em Bagdad. A partir de 750 a.c. sucede a dinastia Omíada de Damasco.

Adarve: caminho por cima do muralha; caminho de ronda de um castelo.

Alambor: talude exterior na base de uma muralha ou torre, de modo a proteger as respectivas fundações.

Al-Andalus: nome da Península Ibérica para os berberes e árabes.

Alcácer: Forma portuguesa de *al-qasr*, o castelo.

Alcáçova (ár: *al-qasaba*): fortaleza ou castelejo; posiciona-se, geralmente, no lugar mais propício à defesa num conjunto amuralhado que protege toda a cidade ou Medina; reduto militar e aquartelamento.

Almóada (ár: *al-Muwahhidin*): Dinastia berbere. A sua origem é o Alto Atlas em Marrocos. Com origem em 1140 d.c., conquista o Maghreb em 1160 continuando a sua expansão militar e religiosa pela Península Ibérica. A sua presença peninsular tem o seu termo político-militar em 1230.

Árabes: povo de origem arábica; provenientes da Península Arábica. Constituíram uma das elites governantes na Península Ibérica durante o período islâmico.

Almorávida (ár.: *al-Murabitun*): dinastia berbere proveniente do Sahara; entram na Península Ibérica para lutar contra Afonso VI; dominam Sevilha a partir de 1094, após a deposição de Al-Mu'tamid. Pode referir-se, também, ao muçulmano que vive em comunidade ou confraria, muitas vezes de carácter religioso-militar, num *ribat* (v. *Ribat*)

Ameia: elemento maciço, em pedra ou alvenaria, colocado a espaços regulares no cimo de um muro ou muralha

Anforiscos: pequeno recipiente de cerâmica comum, com formato semelhantes ao das ânforas; pequenos recipientes habitualmente destinados a conter produtos de cosmética.

Berberes (ár: *al-barbar*): palavra de origem latina que designa os bárbaros; arabização do latim. População originária do Norte de África (Marrocos, Argélia). Constituíam o grosso dos efectivos dos exércitos árabes que invadiram a Península Ibérica.

Califa: Os sucessores do Profeta Maomé; líder, chefe espiritual e temporal da comunidade muçulmana (a *umma*);

Califado: diz-se do território dominado pelo califa e das suas possessões, bem como da organização político-militar que lhes subjaz

Cartagineses: o mesmo que púnicos; designa os púnicos no período da história em que a cidade de Cartago (Tunísia) foi dominante e constituía o grande centro do comércio mediterrânico

Ceca: oficina de cunhagem de moeda fenícia (ou púnica; ou cartaginesa)

Clarissas: monjas de Santa Clara, braço feminino da Ordem de S. Francisco

Dar Al-Islam: Islão

Delfim: v. Golfinho

Emir: Do árabe *amir* : comandante; governador; príncipe.

Emirado: Território que depende de um emir.

Fenícios: povos cujo surto expansionista se define a partir de cerca de 1100 a.c., tendo como pólo de irradiação as cidades de Tiro, Sidon e Biblos; controlam o comércio marítimo a longa distância e estabelecem feitorias nas costas mediterrânicas (v. *Púnico*).

Fitna (ar.): desordem; período de guerra civil.

Gadir: feitoria fenícia; cidade do Mediterrâneo ocidental fundada pelos Tírios, habitantes da cidade de Tiro na Fenícia, actual Líbano, em 1100 a.C. na foz do Guadalquivir. Constituída por várias ilhas, situando-se numa delas o famoso templo ou Santuário oracular de Melqart/Herakles, onde estavam depositadas as cinzas deste deus. Corresponde à actual cidade de Cádiz (Espanha)

Gharb al-Andalus (ár.): nome árabe dado à parte ocidental da Península Ibérica no período de domínio islâmico. Compreendia, grosso modo, o actual território português, ~~Castelha-a-Velha~~, a região de La Mancha, a Extremadura espanhola e a Andaluzia ocidental até Sevilha.

Golfinho (símbolo): O golfinho é o símbolo do deus grego *Apolo Delfínios*. Em todo mundo grego simboliza a navegação segura e o bom augúrio. É um indicador da pujança comercial de cidades marítimas ligadas ao culto de *Herakles-Melqart*.

Hégira: 622 depois de Cristo; data do início da era Muçulmana. Coincide com a fuga do Profeta de Meca para Medina; início da vida pública de Maomé. Os anos da era Muçulmana indicam-se, no Ocidente não islâmico, seguidos da letra H.

Herakles: herói grego que encarna o protótipo do conquistador, representando o expansionismo e o poder.

Hipocampo: monstro marinho da mitologia grega; cavalo-marinho.

Hisn (ár; plur.: husun): fortificações de dimensões menores do que os castelos; castelo

Ibero-púnico: manifestações culturais e políticas testemunhadas na Península Ibérica, especialmente no levante, sob a influência púnica (v. *Púnico*).

Islamismo: Prática religiosa do muçulmano, que implica a submissão à vontade de Deus.

Islão: a comunidade do Islão, dos que praticam o Islamismo.

Kura (ár. Plural: kuwar): divisão administrativa no período de domínio islâmico; corresponde ao território sob influência ou domínio de uma cidade relativamente importante.

Medina (ár.: *madina*; plural: *mudun*): Área residencial ou núcleo urbano, com os arrabaldes incluídos, de uma cidade ou povoação, geralmente circundada de muralhas.

Melqart: divindade favorita de Gadir (Cádiz). Deus da navegação e dos navegantes fenícios.

Merlão: o mesmo que *ameia*

Neptuno: divindade marinha protectora dos colonizadores e comerciantes.

Oppidum (lat.; plur. *Opidda*): povoação fortificada, geralmente situada no alto de uma colina ou de um monte; equivale à designação popular portuguesa, *castro*.

Omíada (ár: *Umawiyyun*): Dinastia fundada em Damasco (Síria); descendentes da família dos Banu Ummaya. Na Península Ibérica, os Omíadas fundaram o emirato omíado, estado com sede em Córdova. A dinastia omíada governou Córdova entre 756 d.c. e 1031 d.c., ano da queda do califado.

Púnico: derivado de *Phoenix* ou Fenícia/Fenício; diz-se do que se relaciona com a civilização púnica; do período púnico, compreendido entre os séculos VI a IV a.c. em que as colónias fenícias do Ocidente mediterrânico, tendo como centro Cartago, se reorganizam e readquirem importância económica, política e cultural (v. *Fenícios*)

Qasr: Castelo.

Taifa (ár: *ta'ifa*; plural: *tawafi*): partido; facção; reinos que se instituíram após a queda de um governo centralizado. O primeiro período dos chamados Reinos de Taifa, corresponde à fase posterior à queda do califado omíada; o segundo período dos Reinos de Taifa, corresponde ao fim do domínio almorávida; o terceiro período dos Reinos de Taifa, corresponde ao fim do domínio almóada.

Ribat (ár.; plur. *Ribawat*): refúgio ou retiro, quase sempre amuralhado, equivalente a um mosteiro-fortaleza, e abrigo de uma comunidade ou confraria de monges-guerreiros muçulmanos.

Sidérica: diz-se do período correspondente às Idades dos Metais mais recentes (Idade do Bronze e Idade do Ferro).

Soliferea (latim): lanças

Tabella defixiones: pequena placa. de “encantar”; placa inscrita com um desejo expresso pelo seu doador.

Taipa (ár: *tub*): arquitectura de terra; método de construção que utiliza a terra compactada e cal, modelados entre taipais (o taipal).

Torre albarrã (do ár.: *al-barraniya*): torre destacada da muralha, ligada a esta geralmente por uma ponte de pedra

Wazir (ár.): vizir: ministro.

Xorca: colar rígido de prestígio com as pontas estreitadas, geralmente em metal precioso; torque; adorno de pescoço

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge, *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo, 1974.

ALARCÃO, Jorge, *Roman Portugal*, Vol II, Fasc. 2. Warminster, Aris& Phillips, 1988.

AZEVEDO, Carlos Moreira: *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores, Lisboa 2000

CARDOSO, P.. Luís, *Diccionario Geográfico*, I, Lisboa, 1767.

CARVALHO, A R; FARIA, J Carlos e FERREIRA, M Aires, *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Medina do Garb al-Andalus*, IPM / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2004.

CARVALHO, António Rafael, “A villa romana de Santa Catarina de Sitimos: breve abordagem aos resultados da campanha arqueológica de 2006” in *Neptuno*, nº 9, 2006, pp. 14-16.

CARVALHO, Cármen, CUNHA, Eugénia, SILVA, Ana Maria, “Contribuição para o conhecimento da comunidade religiosa das Clarissas do Convento de Aracoelli (Sécs. XVII-XIX)” in Jorge, V. Oliveira: *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Contributo das ciências e das tecnologias para a arqueologia da Península Ibérica*. Volume 9, p. 441 a 446, Porto, 2000.

CORREIA, Virgílio, “A igreja de Santa Maria do Castelo, de Alcácer do Sal”, in *Monumentos e Esculturas - sécs. III - XVI*, Lisboa, 1924.

CORREIA, Virgílio, “Alcácer do Sal - esboço de uma monografia” in *Obras*, IV, Coimbra, 1971.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*, Academia Nacional de Belas-Artes. VII, Lisboa, 1966.

FALCÃO, José António, FERREIRA, Jorge Rodrigues, “O Castelo de Alcácer do Sal em 1758”, in *Castrum*, nº 1, 1984.

FARIA, Francisco Leite de, “Santa Clara e as Clarissas em Portugal” in *VIII Centenário do nascimento de Santa Clara 1193/94*, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Lisboa, 1994.

FARIA, João Carlos, “A Igreja de Santa Maria do Castelo”, in *Voz do Sado*, Fev. 1988.

FARIA, João Carlos, *Alcácer do Sal ao Tempo dos Romanos*, Colibri / Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2002.

FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Mil Anos de fortificação na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Palmela, Colibri, 2004.

FERNANDES, Isabel Cristina, *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Palmela, Colibri, 2004.

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Lisboa, 1880.

MAGALHÃES, Natércia, *O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve*, Lisboa, IPPAR, 2002

MONTEIRO, João Gouveia, PONTES, Maria Leonor, *Castelos Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2002.

PEREIRA, M Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*. Colibri/ Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.

Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, catálogo de exposição (dir. Cláudio Torres, Santigao Macias), Lisboa, IPM / MNA, s.d.

PROENÇA, Raúl, *Guia de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1927.

TORRES, Cláudio, MACIAS; Santiago, GOMEZ, Susana (dir.), *Terras da Moura Encantada. Arte Islâmica em Portugal*, Lisboa, Civilização, 1999.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (direcção), *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento-Guia Histórico*, Lisboa, Horizonte, 2005

Legendas

1. Mapa simplificado da Península Ibérica com a localização de Alcácer do Sal, Porto, Lisboa e Faro (capa interior)
2. Mapa com as principais vias de acesso a Alcácer do Sal (capa interior)
3. Vista geral de Alcácer do Sal e castelo, tomada do Sul
4. Vista geral do castelo do Alcácer do Sal
5. Entrada da “cripta arqueológica”

6. Vista das estruturas arruinadas antes da intervenção, cerca de 1984 (a preto e branco) (arquivo IPPAR / DRE)
7. Fotografia dos trabalhos de pesquisa (a preto e branco) (arquivo IPPAR / DRE)
8. Planta da área escavada e das estruturas postas a descoberto e mantidas na “cripta arqueológica”
9. Vista em 3D da “cripta arqueológica” (solicitar à CANON)
10. Planta da “cripta arqueológica” (solicitar à CANON)
11. Foto 2 – Moeda representando uma espiga
12. Foto 3 – Cossiros
13. Foto 4 – Moeda representando atuns
14. Foto 6 – Exemplo de um pavimento
15. Foto 7 – Lareira
16. Foto 8 - Estruturas do Templo
17. Foto 9 –Cerâmica Cinzenta
18. Imagem 10 - *Zeus e Ganimedes*
19. Imagem 11 – Estatueta de guerreiro
20. Foto 12 – Estatueta de orante
21. Foto 13 – Bovídeo de bronze
22. Foto 14 – Olho de *Horus*
23. Foto 15 – Caracteres que compõem a inscrição
24. Foto 16 - Monstro lendário puxando o carro de *Poseidon*
25. Foto 17 – Sepultura de incineração
26. Foto 18 – Espada de Antenas
27. Foto 19 – Sanguessuga
28. Imagem 20 - Xorca com sanguessugas
29. Foto 21 – Cerâmica grega

30. Foto 22 – O escaravelho sagrado
31. Paisagem de Alcácer com o Rio Sado (a obter)
32. Fotografia da plataforma do possível fórum de Salacia, com a Igreja de Santa Maria do Castelo ao fundo (a obter)
33. Planta do santuário romano na cripta arqueológica de Alcácer do Sal
34. O santuário durante as escavações, vendo-se a dependência central e o poço onde foi encontrada a *tabela defixiones*
35. Levantamento desenhado da *tabela defixiones* de Alcácer do Sal (anverso)
36. Levantamento desenhado da *tabela defixiones* de Alcácer do Sal (verso)
37. *Tabela defixiones* de Alcácer do Sal (verso)
38. Convento de Aracaeli, no contexto do castelo; ao lado, o corpo dos dormitórios onde se situa a entrada da “cripta arqueológica”
39. Taça de cerâmica fina
40. Fragmento de base de taça de *terra sigilata*
41. Fragmento de lucerna
42. Vila romana de Santa Catarina de Sítimos em fase de escavação, em 2006
43. Vista geral de Alcácer do Sal com o castelo, a partir de Norte
44. Copo de barro da fase califal e de taifa (século IX-X)
45. Vista geral da curva do Rio Sado a partir das muralhas
46. Taça do período emiral (século IX)
47. Fragmento de caçoila da fase emiral (século IX)
48. Caçoila da fase califal e de taifa (século IX-X)
49. Vista do trecho de muralhas a poente
50. Fragmento de cerâmica decorada do período almóada (século XII-XIII)
51. Fragmento de cerâmica decorada do período almóada, com engobe castanho (século XII-XIII)
52. Vista geral do castelo a partir de Poente

53. Fragmento de talha com decoração estampilhada do período almóada (século XII-XIII)
54. Circuito amuralhado
55. Torre albarrã de taipa
56. Torre quadrangular em taipa
57. Torre do Algipe
58. Arco da fachada do paço da alcáçova
59. Foto 1 – Faiança com o nome
60. foto 3 – Convento. Vista geral
61. 5 – Pia de água benta em faiança
62. Vista geral do claustro
63. prato em faiança
64. sapatos
65. sepultura
66. medalhas
67. terço
68. crucifixo
69. Utensílios de costura
70. Convento em ruínas
71. Vista da igreja; fachada Sul, exterior
72. Vista geral do interior da igreja
73. Vista geral da pousada; face nascente
74. Interior da pousada; vista geral de um dos segmentos conventuais
75. Cobertura da quadra do claustro com clarabóia sobre a “ cripta arqueológica”

¹ - IRCP 186

² - CIL II 34 – IRCP 187

³ - IRCP 189

⁴ - *Isis - Isidi. Dominae/ M. Octavius. Octaviae/ M f Marcellae. Mode/ ratillae. Lib. Theophilus/ v.s.l.a.* (CIL, II, 33 – IRCP 182)

⁵ - Entre os vários autores já identificados até ao momento, podemos referir os seguintes: *Ibn al-Qutiya* (século X), *Ibn Hawqal* (século X), *Ibn Hayyan* (século XI), *Ibn Hazm* (século XI), *Al-Idrisi* (século XII), *Al Galib* (século XII), *Ibn Idari* (séculos XIII-XIV), *Abu l-Fida* (séculos XIII-XIV), *Al-Himyari* (século XIV) e *Ibn Abi Zar* (século XIV).

⁶ - Refira-se, a título de exemplo a revolta da tribo Yashubi, com raiz em Beja (763-774), ou a conta a constituição de um reino independente em Badajoz promovido pelo *muwallad* ou *muladi* (isto é, do converso) Ibn Marwan al-Jiliqi (868-889).

